



**INSTITUTO LATINO AMERICANO DE
ECONOMIA SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES A
PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO EIXO ESTRUTURANTE CAPITAL SOCIAL E
COOPERAÇÃO, DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO**

FABRÍCIO LIMA DA SILVA

Foz do Iguaçu
2017

**INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ECONOMIA
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA
ALIMENTAR**

**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES A
PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO EIXO ESTRUTURANTE CAPITAL SOCIAL E
COOPERAÇÃO DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO**

FABRÍCIO LIMA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

Foz do Iguaçu
2017

FABRÍCIO LIMA DA SILVA

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO EIXO ESTRUTURANTE CAPITAL SOCIAL E COOPERAÇÃO DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Doutor) Exzolvildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. (Doutor) Gilson Batista de Oliveira
(UNILA)

Prof.^a (Mestre) Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor
(UNILA)

Foz do Iguaçu, __13__ de __dezembro__ de __2017__.

Dedico este trabalho a minha família, em especial, aos meus avós, pais, tios e companheira que sempre tiveram muita paciência amor e atenção comigo.

AGRADECIMENTO (S)

Em primeiro lugar manifesto toda minha gratidão ao Universo e a todas as consciências de altas e baixas frequência por ter correspondido as minhas vibrações nesse processo de co-criação da nossa realidade. Essa gratidão e todo meu amor se estendem em proporcional escala aos meus avós, José Batista da Silva, Maria Raimunda da Silva, Agustinho de Araújo Lima, Luiza Ozete Bomfim Lima, aos meus pais, Ana Eugênia Bomfim Lima e Regivaldo Batista da Silva, minhas irmãs, Aline e Ana Luiza Lima Silva, minha sogra Ana Cristina Bruno Nunes e a minha companheira/dupla evolutiva Adriana Bruno Nunes que encontra-se grávida da nossa tão querida filha “Paloma Bruno Lima”.

Com a mais sincera gratidão, emana toda minha positividade aos meus tios maternos e paternos em especial a minha tia Maria Eunice Souza Silva, aos meus grandes amigos de fases mais distantes como, Ayri seu companheiro Renato e Luis Carrazza que sem eles eu não ingressaria na UNILA, dentre tantos outros, assim como duas grandes pessoas da atualidade que me ensinaram muito, Jean Paulo Soares e Antony Muniz.

Por fim, minha gratidão ao grupo UNILA nas figuras dos professores e colegas do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, em especial, ao Professor Exzolvildres Queiroz Neto pela oportunidade oferecida aos fins da pesquisa, e aos professores de outros cursos que fizeram parte dessa jornada. Essa gratidão ainda abraça todo o bairro da Vila C e as pessoas que sempre me ajudaram com muita confiança e carinho.

FLOR DAS ÁGUAS

Flor das águas
Da onde vem para onde vai
Vou fazer minha limpeza
No coração está meu pai

A morada do meu pai
É no coração do mundo
Aonde existe todo amor
E tem um segredo profundo

Este segredo profundo
Está em toda humanidade
Se todos se conhecerem
Aqui dentro da verdade

(Mestre Raimundo Irineu Serra)

SILVA, Fabrício. **Perspectivas de Desenvolvimento Territorial: Considerações a partir do Estudo de Caso do Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento.** 2017. 58.p. Trabalho de conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

Estudos vêm sendo realizados nas áreas das Ciências Ambientais e Sociologia Econômica, com o objetivo de relacionar o desenvolvimento territorial ao fator, capital social. Estes estudos apontam que essa relação pode gerar um aumento no dinamismo socioeconômico dos territórios. As leituras de Melim (2007) e Putnam (2005) trazem a relevância que um capital social ativo e organizado pode obter frente ao processo de desenvolvimento sociopolítico e econômico, Favareto (2010) e Piacenti (2016) consideram aspectos materiais e “imateriais” da organização institucional e produtiva como partes integrantes do conceito de desenvolvimento. O Programa Oeste em Desenvolvimento - Programa de Desenvolvimento Econômico do Oeste do Paraná trabalha sob a forma de ações de governança regional que busca promover o desenvolvimento econômico sustentável por meio de um processo participativo, fomentando no território a cooperação entre os atores. O Programa atua com foco nas competências já existentes no território, estrutura-se a partir de cadeias produtivas propulsivas e eixos estruturantes de atenção, dentre os quais, o “Eixo estruturante Capital Social e Cooperação” não apresenta uma condição de compreensão pública das suas atividades ainda. O objetivo da pesquisa foi analisar as ações e projetos do “Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação” e suas contribuições para o desenvolvimento territorial do Oeste Paranaense. Utilizamos o método do estudo de caso, aplicando um guia de entrevistas semiestruturado aos responsáveis direto pelo Eixo Estruturante do Programa, foi feita uma observação participante e pesquisas bibliográficas. Os resultados obtidos, consideram, que o processo de “formação” através do Curso de Promotores em Desenvolvimento Territorial oferecido pelo Programa Oeste em Desenvolvimento e ConectaDEL contribui como um impulso indutor na tomada de consciência individual e coletiva de pertencimento ao território e para o desenvolvimento do capital social e institucional da região Oeste do Paraná. Para recuperar o debate inicial de que o capital social pode inferir na estratégia de desenvolvimento territorial, nossos resultados sustentam que apesar do Programa partir de uma articulação institucional e econômica de curto prazo o processo de formação sob uma perspectiva de longo prazo, pode vir a acumular capital social e contribuir para o empoderamento dos atores locais em prol de seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial; Processo de Formação; Oeste do Paraná; Capital Social.

SILVA, Fabrício. PROSPECTS OF TERRITORIAL DEVELOPMENT: CONSIDERATIONS FROM THE CASE STUDY OF THE SOCIAL CAPITAL STRUCTURING AXIS AND COOPERATION OF THE WEST PROGRAM IN DEVELOPMENT. 2017. 58.p. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

Studies have been carried out in the areas of Environmental Sciences and Economic Sociology, with the objective of relating the territorial development to the factor, social capital. These studies indicate that this relationship can generate an increase in the socioeconomic dynamism of the territories. The readings of Melim (2007) and Putnam (2005) bring the relevance that an active and organized social capital can obtain in the process of socio-political and economic development, Favareto (2010) and Piacenti (2016) consider material and "immaterial" aspects of institutional and productive organization as integral parts of the concept of development. The Western Program in Development - Economic Development Program of the West of Paraná works in the form of regional governance actions that seek to promote sustainable economic development through a participatory process, fostering cooperation among the actors in the territory. The program works with a focus on competencies already existing in the territory, structured from propulsive productive chains and structuring axes of attention, among which the "Structuring Axis Social Capital and Cooperation" does not present a condition of public understanding of its activities still. The objective of the research was to analyze the actions and projects of the "Structuring Axis Social Capital and Cooperation" and its contributions to the territorial development of the West of Paraná. We used the case study method, applying a semistructured interview guide to those directly responsible for the Program Structuring Axis, a participant observation and bibliographical research. The results obtained, consider, that the process of "training" through the Course of Promoters in Territorial Development offered by the West Program in Development and ConectaDEL contributes as an inductive impulse in the individual and collective awareness of belonging to the territory and to the development of the capital and institutional capital of the western region of Paraná. In order to recover the initial debate that social capital can infer in the territorial development strategy, our results sustain that although the Program starts from a short-term institutional and economic articulation, the formation process from a long-term perspective may accumulate social capital and contribute to the empowerment of local actors for their development.

Key words: Territorial Development; Formation Process; West of Paraná; Social capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Localização da Mesorregião Oeste do Paraná	23
Figura 2 – Mapa dos Polos Administrativos da Mesorregião Oeste:.....	24
Figura 3 – Fluxo de trabalho Câmara Técnica da Proteína Animal.....	28
Figura 4 – Constituição dos Eixos Estruturantes.	29
Figura 5 – Categoria: Relação entre Capital Social e Desenvolvimento Territorial...46	
Figura 6 – Categoria: Participação Civil.....	49
Figura 7 – Categoria: Principais Ações e Projetos.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Módulos e Ementas do Curso Promotores em Desenvolvimento	
Territorial.....	31
Quadro 2 – Formas de Capital Determinantes no Processo de Desenvolvimento	
Regional.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CACIOPAR	Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná
CONNECTADEL	Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social no Brasil
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
PTI	Parque Tecnológico de ITAIPU
POD	Programa Oeste em Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. CARACTERIZAÇÕES GERAIS.....	23
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE DOPARANÁ.....	23
2.2. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO.....	25
2.3. CARACTERIZAÇÃO DO CONECTADEL/BRASIL.....	30
3. METODOLOGIA.....	32
4. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL.....	34
4.1. ABORDAGENS E CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E ENDÓGENO.....	33
4.1.1. ABORDAGEM REGIONAL.....	34
4.1.2. ABORDAGEM TERRITORIAL.....	35
4.1.3. ABORDAGEM ENDÓGENA.....	36
4.1.4. CAPITAL SOCIAL E COOPERAÇÃO.....	39
5. ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	42
5.1. PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO.....	42
5.1.1. RELAÇÃO ENTRE CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO.....	43
5.1.2. PARTICIPAÇÃO CIVIL.....	47
5.1.3. PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS.....	50
6. CONECTADEL.....	52
6.1. FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	52
6.1.2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FOCO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO.....	53
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXOS.....	61

1. INTRODUÇÃO

A discussão dos aspectos não tangíveis fundamentados na cultura local, no comportamento da sociedade civil, na organização institucional e produtiva, bem como nas novas formas de competição e de cooperação, começam a ganhar importância na explicação do desenvolvimento regional, local, territorial ou endógeno (PIACENTI, 2016).

Segundo Rosa, (2004) citada por Piacenti (2016). “A endogenia é o conceito que unifica os termos desenvolvimento local, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial”. Essa teoria pressupõe o protagonismo dos atores locais interagindo em laços de cooperação territorial constituindo o capital social de uma região.

O fortalecimento de comunidades locais em manifestações de cooperação, reciprocidade, confiança dentre outras em uma economia de consumo, parece não ser possível, mas diversos estudos nas áreas da sociologia do desenvolvimento, ciências políticas e ciências ambientais, vem demonstrando que a relação entre capital social e desenvolvimento territorial pode se tornar um fator chave no processo de desenvolvimento. Estes estudos apontam que essa relação pode gerar um aumento no dinamismo social, econômico, cultural, político e ambiental desses territórios.

Como objeto de estudo foi definido o Programa Oeste em Desenvolvimento, um programa iniciado em 2012 a partir da articulação de quatro instituições (ITAIPU Binacional, SEBRAE, CACIOPAR, Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná e Fundação PTI), cujos objetivos se expressam na sistematização, socialização e debate público da metodologia de diagnóstico e planejamento do desenvolvimento territorial; ampliação e consolidação do grupo de trabalho e de seu sistema de governança; Identificação e hierarquização das cadeias propulsivas da região, bem como do poder multiplicativo global e específico destas distintas cadeias, Plano Mestre do Programa Oeste em Desenvolvimento (2016).

O Programa procura estabelecer uma governança representativa atuando com foco nas competências já existentes no território e estruturando o ambiente para se desenvolver sob a forma de cadeias produtivas propulsivas e eixos estruturantes de atenção, dentre os quais, o “Eixo estruturante Capital Social e Cooperação” e a forma como a gestão do programa trabalha a perspectiva da participação civil, institucional, escala de atuação, ações e desenvolvimento, orientaram nosso objeto de pesquisa.

Nosso objetivo específico foi estudar particularmente, o Eixo Estruturante “Capital Social e Cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento, por toda sua relevância no território e para compreendermos a abrangência, interesses e importâncias de suas ações e projetos para com a população envolvida.

Essa pesquisa é classificada como um estudo de caráter qualitativo, ao qual não se busca enumerar ou mensurar o objeto de análise e costumeiramente não empregar instrumental estatístico para realizar as análises dos dados (GODOY, 1995).

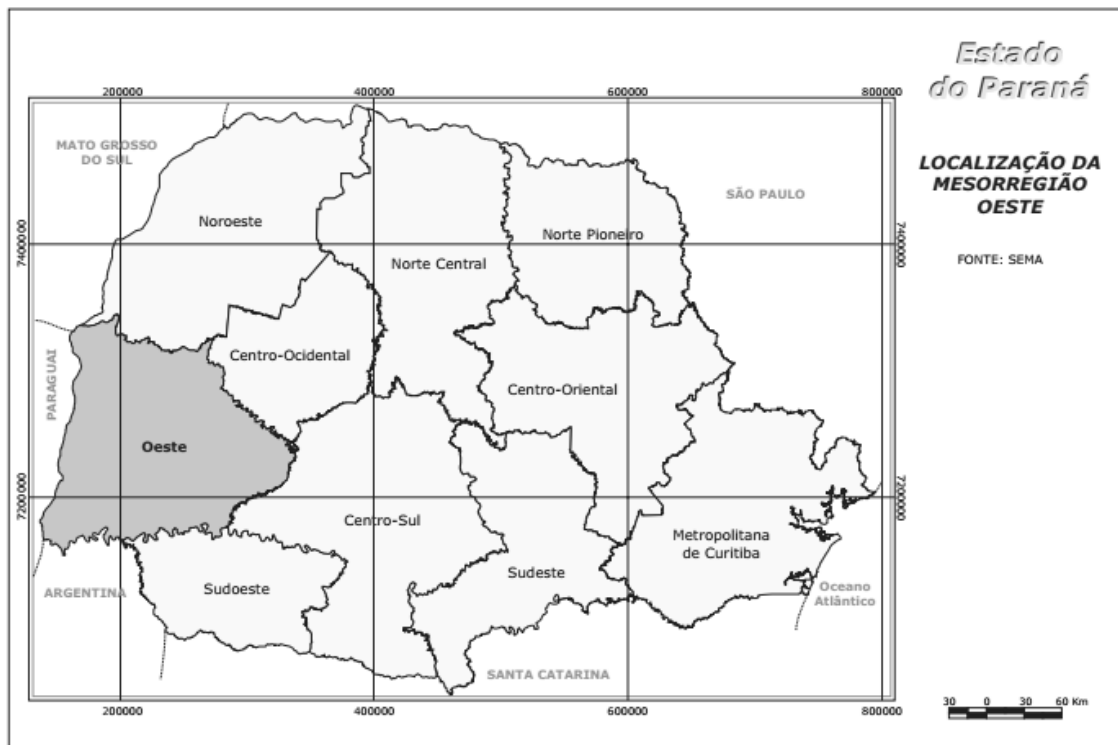
Após essa introdução seguimos com as seções de caracterização do Oeste Paranaense, caracterização do Programa Oeste em Desenvolvimento, caracterização do Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social no Brasil – Conectadel, logo após seguimos com o marco teórico conceitual, em seguida trabalhamos as análises dos dados e por fim seguimos com as seções de considerações finais e referencias.

2. CARACTERIZAÇÕES GERAIS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

A mesorregião Oeste do Estado Paraná é formada por cinquenta e quatro municípios agrupados em três microrregiões – Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, possui 1.245.391 habitantes, cerca de 12% da população do Estado. (IPARDES, 2004b e 2007 apud PIACENTI, 2016).

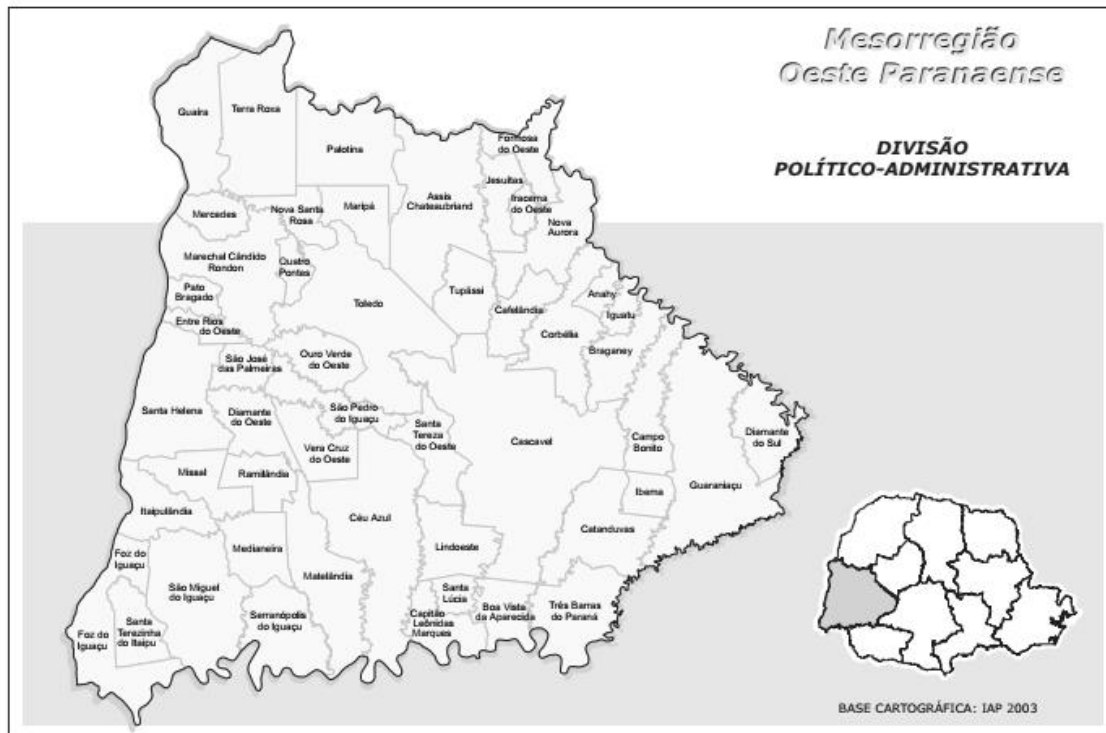
Figura 1 – Mapa de Localização da Mesorregião Oeste do Paraná



Fonte: IPARDES, (2015)

“Essa região tem conseguido contrabalançar as tendências de concentração econômica e populacional do Paraná em torno da Capital, Curitiba, e isso contribui para um maior equilíbrio regional do Estado”. (IPARDES, 2004b e 2007 apud PIACENTI 2016)

A Figura 2- Mapa dos Polos Administrativos da Mesorregião Oeste:



Fonte: IPARDES, (2015)

A mesorregião Oeste dentre as mesorregiões Paranaenses obtém a menor taxa de pobreza. Do ponto de vista social, essa mesorregião concentra onze dos vinte e três municípios nas melhores posições do Estado em termos de IDH-M, porém, muitos municípios encontram-se entre os piores índices de IDH-M, conjuntamente, (IPARDES, 2004b apud PIACENTI 2016)

A mesorregião Oeste, situa-se no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 2.290.859 hectares, que corresponde a cerca de 11,5% do território estadual. Esta região faz fronteira com a Argentina e o Paraguai e possui como principais divisas os rios Piquiri, Paraná e Iguaçu. (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016. p. 41).

Segundo Piacenti 2016, a dinâmica pela qual essa mesorregião opera, gira em torno do complexo agroindustrial de características modernas e competitivas, articulando sua produção aos mais variados eixos nacionais e internacionais de mercado.

Seu uso está relativamente direcionado ao potencial agrícola, esta região possui 75% da sua área com predomínio de solos férteis dos tipos bom e regular. “São solos

potencialmente aptos para a produção agrícola, ocupados, atualmente, por culturas cíclicas de soja, milho e trigo e, secundariamente, por pastagens plantadas.” (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento, 2016 p. 43).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO

De acordo o Plano mestre do Programa Oeste em Desenvolvimento, documento único do Programa e que orientou boa parte desse capítulo, o objetivo do Programa é promover o Desenvolvimento Econômico do Território Oeste do Paraná por meio de uma sinergia entre as instituições e integração de iniciativas, projetos e ações. Foi estabelecido como princípio e como opção, a estratégia do desenvolvimento endógeno, buscando entender como a região pode se desenvolver dependendo mais de fatores internos e menos de fatores externos.

Segundo o Plano Mestre do Programa 2016, “o processo de desenvolvimento de um território é sempre muito distinto de outro e sempre dependente de uma dinâmica peculiar.”

Os autores do plano afirmam que todo Plano de Desenvolvimento requer um plano de ação que permita o conhecimento pleno do território, desde o ponto de vista das suas cadeias produtivas, as potencialidades e necessidades do seu capital social, infraestrutura, manejo dos seus recursos naturais, entre outros.

Acreditam que a organização da comunidade na busca de seu próprio caminho é fundamental, sendo esta uma das pedras fundamentais do Programa Oeste em Desenvolvimento (POD). Para que haja uma pactuação no processo faz-se necessário o envolvimento do maior numero de instituições possíveis.

Quanto ao contexto das prioridades e atenções de maior importância:

A priorização das ações do POD parte da dinâmica econômica regional, identificadas e hierarquizadas virtualmente pela Metodologia de Cadeias Produtivas Propulsivas, observando principalmente: a distribuição de renda, geração de postos de trabalhos e o encadeamento produtivo destas. (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016. p. 11)

Com essa intenção, o Programa Oeste em Desenvolvimento juntamente com a ITAIPU Binacional, Fundação Parque Tecnológico Itaipu e da Fundação de Economia e Estatística desenvolveram, através do pesquisador Carlos Paiva, uma metodologia que conseguisse levantar modelos da economia que ajudassem construir estratégias para o desenvolvimento do território Oeste.

O Programa Oeste em Desenvolvimento, a partir de uma observação dinâmica, organizou e classificou por setores – agropecuária, indústria e serviços – o estudo do território. “Entretanto, a partir do livro FAPER (PAIVA, 2013), passou-se a adotar um sistema de classificação e hierarquização de atividades através da observação de Cadeias Produtivas.” (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016).

A relação que existe entre Cadeias Produtivas e Departamentos faz com os olhares dessas relações sejam voltados para o mercado, orientando, por exemplo, como um território pode se inserir nessas relações assim como quais seriam as condições para a inserção de um outro município também. Mirar as atividades econômicas de uma determinada região sob o prisma das cadeias produtivas, permite perceber as hierarquias entre os município desse território, (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016).

A proposta de desenvolvimento econômico do território é a integração da região via aspectos de mercado, de modo a inserir todos os municípios numa perspectiva de crescimento, aproveitando o crescimento dos municípios maiores, incentivando esse crescimento e, ao mesmo tempo, possibilitar que os demais municípios ganhem com esse processo. (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016. p. 15).

De acordo os autores do estudo encomendado pelo Programa Oeste em Desenvolvimento, um processo de desenvolvimento includente seria aquele que possibilitasse a inserção de municípios periféricos e de integração periférica a uma lógica de mercado e que dessa forma a saída desse município da classificação de atividade econômica especializada (como a agropecuária) para um sistema diversificado remontaria à uma nova conjuntura, (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016).

Para um melhor entendimento, foram feitas segmentações das atividades em “propulsivas” (de exportação para fora do território) e “multiplicativas” (voltadas ao mercado interno desse território), (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016 p. 19).

2.2.1. ESTRUTURA DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO

Segundo o Plano Mestre do Programa, as atividades de identificação e hierarquização científica das cadeias produtivas, teve início em 2012. Ao decorrer do ano, três focos centrais foram trabalhados. (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016).

- A. Sistematização, socialização e debate público da metodologia de diagnóstico e planejamento do desenvolvimento territorial proposta pelas quatro instituições que deram início ao programa: Itaipu Binacional (IB), Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR) e Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (PTI);

- B. Ampliação e consolidação do grupo de trabalho e de seu sistema de governança através da incorporação das principais instituições voltadas ao planejamento do desenvolvimento territorial com atuação no Oeste Paranaense;
- C. Identificação e hierarquização das cadeias propulsivas da região, bem como do poder multiplicativo global e específico das distintas cadeias.

2.2.2 Foram identificadas ao longo de 2013, nove cadeias propulsivas:

- (Proteína Animal; Insumos Industriais para a Agricultura; Agroalimentar de Base Vegetal; Madeira Mobiliário e Papel; Material de Transporte; Produção e Distribuição de Energia Elétrica; Farmacêutica; Turismo e Lazer; e Administração Pública) e seis cadeias mistas (Construção Civil; Serviços Públicos Básicos de Educação e Saúde; Serviços Prestados às Empresas; Vestuário e Calçado; e Transporte e Logística).(Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016).

No que diz respeito à territorialidade, às cadeias que obtêm uma maior atenção, são as três cadeias agroalimentares identificadas pela equipe. Dentre estas, ganha destaque a cadeia da Proteína Animal, que se divide nas sub cadeias avícola, suína, leiteira e da piscicultura. Tendo como elo central as cooperativas e seus associados rurais domiciliados na região. (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016).

Quanto a governança vale destacar que a constituição do Programa está embasada numa concepção participativa, reflexiva e produtora de conhecimento que prevê a construção de um modelo de governança e desenvolvimento endógeno, de maneira a articular e mobilizar a sociedade, utilizando recursos humanos, materiais e institucionais, ou seja, os parceiros assumem o papel de mobilizadores(Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016. p. 88).

2.2.3 A Governança é constituída pelas seguintes esferas segundo documento oficial:

- Fórum de Desenvolvimento Econômico do Território Oeste do PR: Ambiente de apresentação de propostas e debates das ações para o desenvolvimento da região, constituído por instituições públicas e privadas com interesse no desenvolvimento da região.
- Coordenação: Instituições publicas e privadas de âmbito regional para análise e encaminhamentos acerca das estratégias e ações debatidas pelo fórum.
- Secretaria Executiva: Formada por técnicos das instituições, sendo responsáveis pela coordenação, gestão e monitoramento do Programa e operacionalização das ações.

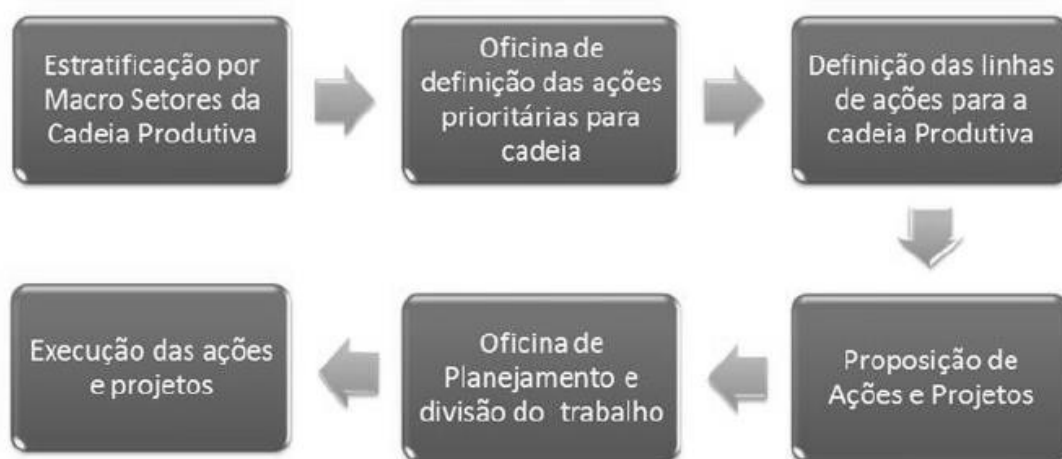
2.2.4 CÂMARAS TÉCNICAS

Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento (2016 p. 89), “As câmaras técnicas são grupos formados por representantes de instituições e empresas públicas e privadas, municipais e regionais”.

De acordo o documento, essa Câmaras Técnicas são corresponsáveis pela identificação e aproveitamento das oportunidades assim como ao enfrentamento dos gargalos. Também fazem o planejamento e a operacionalização dos Planos das Cadeias Produtivas Propulsivas e dos Planos dos Eixos Estruturantes para o desenvolvimento da região e suas localidades. (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento, 2016).

A figura 3, apresenta um fluxograma das atividades de uma Câmara Técnica de modo a simplificar nossa compreensão.

Figura 3: Fluxo de trabalho Câmara Técnica da Proteína Animal.



Fonte: Programa Oeste em Desenvolvimento

Ainda segundo o documento Mestre do Programa, as Câmaras Técnicas seriam formas de coordenação estabelecida com finalidade de articular junto aos setores público e privado, o planejamento e execução dos instrumentos institucionais de promoção e desenvolvimento territorial.

2.2.5 EIXOS ESTRUTURANTES

O Programa também atua em alguns eixos considerados estruturantes para o desenvolvimento do território. “Eles são grandes temas que perpassam todas as cadeias produtivas que são: Infraestrutura e Logística, Pesquisa e Desenvolvimento, Crédito e Fomento, Capital Social e Cooperação”. (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento, 2016 p. 94).

Os eixos estruturantes estão contidos e definidos pelo planejamento estratégico do Programa, está relacionado com as proposições da Secretaria Executiva e também as demandas da Cadeia de Proteína animal, que sairão das câmaras técnicas (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento 2016. p. 94).

O documento Mestre do Programa, afirma que quando se fala em demandas da cadeia de proteína animal é importante destacar que são problemas específicos da cadeia que quando ocorridos, deverão ser tratados ou melhores trabalhados sob uma nova abordagem uma vez que esse já pertence a um eixo.

Figura 4 - Constituição dos Eixos Estruturantes.



Fonte: Programa Oeste em Desenvolvimento

A organização e composição dos arranjos dos agentes envolvidos nesses eixos consistem na articulação e sensibilização dos interessados ao tema de forma direta ou indireta, (Plano Mestre Programa Oeste em Desenvolvimento, 2016 p. 95).

2.3. CARACTERIZAÇÃO DO CONECTADEL

O CONECTADEL, Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social no Brasil é um programa de apoio ao fortalecimento das capacidades de gestão integrada, junto a instituições de caráter público-privado, no que diz respeito aos processos de desenvolvimento territorial. O Programa proporciona conhecimentos e mecanismos para que os atores locais desenvolvam e executem projetos cooperados (BID, 2015 apud KODAMA, 2016)

Segundo documento do BID citado por KODAMA 2016, O planejamento das ações voltadas para a constituição do Programa CONECTADEL teve início em 2009, sendo que suas atividades foram efetivamente iniciadas no ano de 2010, e desenvolveram-se até 2015 quando foram encerradas. O ConectaDEL foi implementado em seis países: Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala e Peru. “O Programa foi fomentado pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) vinculado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através de parcerias com as Entidades Sociais Locais (BID, 2015 apud KODAMA, 2016).

No Brasil, as negociações para a implantação do Programa ConectaDEL começaram em 2012, sendo oficializadas em 2013, através do convênio estabelecido entre a Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil (FPTI-BR) e o BID-FOMIN contando com o intermédio da Itaipu Binacional (IB). A área de atuação do ConectaDEL no Brasil (ConectaDEL-Brasil) compreendeu os 54 municípios representados pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) e pela Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR), (BID, 2015 apud KODAMA, 2016)

2.3.1 CURSO PROMOTORES EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

ConectaDEL-Brasil ofertou em 2017 o 3º curso de Promotores em Desenvolvimento Territorial realizado entre os dias 22 de maio a 13 de julho. O objetivo geral do curso foi proporcionar conhecimentos e mecanismos para os atores locais desenvolverem e executarem projetos cooperados, visando à promoção do desenvolvimento territorial.

Dessa forma, os alunos e suas respectivas instituições foram incentivados a se articularem em parcerias com pelo menos outras três instituições locais para viabilizarem a busca de recursos, de contrapartida econômicas e financeiras, para pleitearem o financiamento não reembolsável oferecido pelo BID-FOMIN.

De acordo COSTAMAGNA et al. Apud KODAMA 2016, a formação dos agentes locais, baseada a partir de um enfoque pedagógico, projeta-se como um exercício complementar as suas capacidades e autonomia, contribuindo para gerar as mudanças necessárias que o processo de desenvolvimento exige.

Nesta perspectiva, a formação tem como objetivo principal “formar para atuar”, através da construção coletiva e participativa nos processos de aprendizagens para que os seus participantes (atores locais, instituições, etc.) possam agir no enfrentamento dos desafios locais e nas mudanças necessárias para engendrar o desenvolvimento territorial (COSTAMAGNA; PÉREZ, 2013 apud KODAMA 2016).

Desse modo, o curso teve como objetivo gerar conhecimento e capacidades aos participantes com a intenção de colaborar para o planejamento ou intervenção na promoção do desenvolvimento territorial. Neste curso de 2017 foram apresentados conceitos teóricos e metodologias sobre desenvolvimento territorial em seis módulos, descritos no Quadro 01.

Quadro – 1 Módulos e Ementas do Curso Promotores em Desenvolvimento Territorial

Data	Curso	Modulo	Ementa	Carga Hrs.	Professores
25/05	Promotores	1- Governança e desenvolvimento territorial	1) Os enfoques do desenvolvimento local, regional e territorial; 2) As dimensões do desenvolvimento territorial; 3) Governança democrática; 4) Cooperativismo como indutor do desenvolvimento;	8	Carlos Paiva Pesquisador da FEE Governo do Estado do Rio Grande do Sul
07/06	Promotores	2 - Estruturação de Projetos	1) Elementos para a elaboração de projetos com enfoque DEL; 2) Estudos de caso: projetos cofinanciados ConectaDEL (2015-2016); 3) Formulário de Apresentação de Projeto (FAP) e Edital.	8	Abner G. Picinatto/ Cristian Aguilar FPTI
21/06	Promotores	Oficina 1 - Fortalecimento das capacidades para o processo de desenvolvimento territorial	1) O papel do facilitador nos processos de desenvolvimento territorial; 2) Estilos de gestão, espaços de negociação e de diálogo; 3) Os distintos atores sociais e os processos de articulação; 4) Comunicação para construção da visão compartilhada do DT; 5) Gestão de conflito no processo de desenvolvimento territorial;	6	Samuel Delbon Argentina Coordenador de Formação e Gestão do Conhecimento do CEDEL Rafaela
28/06	Promotores	Oficina 2 - Elaboração de Projetos	Oficina para elaboração dos projetos cofinanciados, em conjunto com alunos do curso de formadores. Com o objetivo de valorizar o intercâmbio de experiências entre os participantes.	4	Abner G. Picinatto/Cristian Aguilar FPTI
12/7	Promotores	3 - Estratégias para o desenvolvimento Econômico local	1) Cadeias Produtivas Propulsivas; 2) Análise e interpretação de dados sócioeconômicos; 3) A importância do plano de desenvolvimento econômico municipal; 4) Estratégias de elaboração e implementação de planos municipais;	8	Flávio Rocha/ Jonhey Lucizani FPTI

Fonte: Programa Oeste em Desenvolvimento (2017)

Os módulos e as Oficinas do Curso Promotores em Desenvolvimento Territorial, foram ministrados nas cidades de Marechal Candido Rondon, Assis Chateaubriand, Medianeira e Cascavel.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Essa pesquisa é classificada como um estudo de caráter qualitativo, ao qual não se busca enumerar ou mensurar o objeto de análise e costumeiramente não empregar instrumental estatístico para realizar as análises dos dados. (GODOY, 1995).

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória face às poucas pesquisas sobre o papel do Programa Oeste em Desenvolvimento no fomento ao desenvolvimento dos territórios em que atuam, e descritiva, visto que procura descrever e analisar como as práticas do seu Eixo estruturante Capital Social e Cooperação podem ajudar a promover o desenvolvimento territorial na área de abrangência do Programa.

Trabalhamos com a metodologia do estudo de caso qualitativo intrínseco Yin, (1994), no eixo estruturante “Capital Social e Cooperação” que faz parte do Programa Oeste em Desenvolvimento. Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas desenvolvidas em uma base de amostragem aleatória e validados por meio do uso de múltiplas fontes. Essas entrevistas foram organizadas sob seis dimensões diferentes e codificadas para a primeira parte das análises em três categorias (Relação entre Capital Social e Desenvolvimento territorial; Participação Civil; e, Principais ações e Projetos do Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação). Dois gestores/idealizadores do Programa Oeste em Desenvolvimento foram entrevistados, um deles, atual gerente de Desenvolvimento Territorial do Programa e o outro, assessor/assistente do diretor geral Brasileiro da ITAIPU. Ao fim desse documento, foram anexados os roteiros das entrevistas.

No decorrer da pesquisa, a partir das análises dos dados das entrevistas, pudemos perceber uma recorrente afirmação de que o entendimento de capital social aos olhares, dos gestores do Programa (POD), muito passava pelos cursos de formação oferecidos pelo próprio Programa em parceria com um conjunto de instituições, mediante o Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social no Brasil – CONECTADEL. Essas percepções nos levaram então a estender a pesquisa a esse programa de forma que pudéssemos entender a relação entre o Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento com o curso de formação tantas vezes citados pelos gestores do POD nas entrevistas.

Para essa segunda parte das análises, também foram colhidos dados qualitativos por meio de entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com dois responsáveis técnicos pelo curso de formação: Promotores em Desenvolvimento Territorial, ministrado pelo CONECTADEL em parceria com o Programa Oeste em Desenvolvimento. Essas análises buscaram como objetivo geral, entender a relação entre o Curso Promotores em Desenvolvimento Territorial do CONECTADEL com o Eixo Estruturante Capital Social e cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento.

Como objetivos específicos dessa fase das análises, buscamos compreender como

eram trabalhadas as questões da cooperação, confiança e/ou capital social nos cursos de Promotores em Desenvolvimento Territorial; e quais os resultados individuais ou coletivos que o curso pôde proporcionar. Para as análises dessas dimensões, criamos duas categorias: Formação do Capital Social e Participação Social e Foco das ações de Formação.

Foram feitas observações participantes em cinco encontros do curso do Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social para o Brasil ConectaDEL-Brasil, oferecido pelo Programa Oeste em Desenvolvimento, assim como foram feitas pesquisas documentais e bibliográficas relevantes ao tema.

Utilizamos a análise em espiral na organização, leitura, descrição, classificação e interpretação dos dados sugerida por Creswell, (2014). Esses dados foram triangulados e organizados em forma de diagramas e textos para sua apresentação.

4. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

4.1 ABORDAGENS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E ENDÓGENO

4.1.1 ABORDAGEM REGIONAL

Segundo Piacenti (2016) existe um pressuposto a compreensão das alterações da economia regional em relação à economia nacional, esse, aponta como principal diferença, à ausência de barreiras em relação a migração e à circulação de bens, de serviços e de capital quando comparados os aspectos regionais e nacionais da economia.

O autor afirma que essa maior mobilidade de recursos entre regiões pode determinar a influencia de uma área sobre as demais, em relação, à atração de recursos produtivos ou domínio de mercados.

Piacenti (2016) refere-se ao chamado paradigma centro-baixo para expressar uma das diversas teorias clássicas do desenvolvimento regional cujo objetivo é prevalecer à concepção de uma atividade motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos, as demais atividades econômicas. Essas forças impulsoras oriundas das regiões centrais, ou seja, exógena, ao se estalarem na região, podem desencadear um processo de desenvolvimento.

As teorias da Localização Industrial ou localização das atividades econômicas, seguida pela teoria clássica da Distribuição Espacial do Desenvolvimento Econômico, também conhecida como teoria do Espaço Econômico; Sistemas de Cidades; Teoria dos Lugares Centrais; Teoria do Polo de Crescimento ou Desenvolvimento de Perroux (1977), citada por Piacenti (2016) que explica as razões do processo de concentração e o papel das empresas líderes, indústrias motrizes e indústrias-chave capazes de gerar efeitos de encadeamento e de integração no processo de crescimento regional ou local, são algumas das teorias clássicas citadas por Piacenti (2016) como importantes para a compreensão da fundamentação histórica do desenvolvimento regional, mas que não serão objetos de aprofundamento desse estudo e sim a teoria relacionada ao desenvolvimento interno (endógeno e ou territorial).

Ainda segundo Piacenti (2016) as teorias de base de exportação, consideram o processo de exportação como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento da região. De acordo o autor:

O crescimento, nessa teoria depende da dinamicidade das atividades econômicas básicas ou de exportação que, por sua vez, incentivam o desenvolvimento de atividades complementares (não básicas). As atividades básicas são motoras, pois são fortalecidas pelo comércio inter-regional e drenam rendas de outras regiões, sendo assim a força motriz da economia. Por serem mais ampliadas e diversificadas, as atividades não básicas, que, além de serem suporte às atividades básicas, são também voltadas ao comércio intraregional, conforme Oliveira e Lima (2003) e Piffer (1999) em citação de (Piacenti 2016, p. 64).

4.1.2 ABORDAGEM TERRITORIAL

De acordo Haesbaert (2014) existe uma amplitude de conceitos afim de definir território e territorialidade, ainda que o conceito central da Geografia assuma uma certa tradição. Outras áreas, cada uma na sua perspectiva irão trabalhar suas interpretações, enquanto o Geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder a Economia prefere a noção de espaço à de território, a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente nos estudos das sociedades ditas tradicionais a sociologia de acordo o autor enfoca suas intervenções a partir das relações sociais e a Psicologia o debate da construção das subjetividades ou identidade pessoal aumentando a escala ao indivíduo.

A perspectiva adotada para esse trabalho resgata as discussões de território como espaço de recursos específicos e diversificados frente às atividades econômicas, sociais e políticas.

Segundo Favareto (2010) a origem do enfoque dos modelos de desenvolvimento territorial no Brasil, teve início com a destinação de parte dos recursos do Pronaf-Infraestrutura - uma linha de investimentos do Pronaf¹, voltada a obras e investimentos físicos em infraestruturas e projetos com caráter intermunicipal. Tentava-se em tal momento, introduzir os primeiros componentes de uma política de desenvolvimento territorial, que seria fortemente ampliada no início do Governo Lula, com a criação de uma secretaria específica destinada a gerir esta linha de investimentos: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SDT.

Para uma incorporação a contendo da chamada abordagem territorial, tal como ensina a literatura especializada e a experiência internacional, seria preciso, no mínimo, superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica (FAVARETO, 2010).

Favareto (2010) sugere que para uma nova visão de desenvolvimento territorial, algumas considerações aos espaços rurais, em suas múltiplas dimensões como: espaço de produção, de vida, de moradia; e enquanto tal, como resultado de processos sociais e econômicos que não se restringem a um único setor econômico, a agropecuária, precisam ser compreendidos, não como mera oposição ao mundo urbano, e sim em integração conflituosa com ele, numa unidade de contrários.

Ainda Segundo Favareto (2010) a justificativa da política de desenvolvimento territorial introduziu a noção de capital social e aumentou a incidência de agricultores familiares, assentados e remanescentes de quilombos nos critérios de escolha de

¹Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) programa financiador de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

territórios a serem apoiados pelo governo brasileiro. O autor afirma que a introdução da abordagem territorial precisa passar a significar a adoção de uma nova orientação estratégica com alcance de longo prazo, segundo ele, o fator planejamento, deve, pois, necessariamente ter uma perspectiva intermunicipal, como hoje já vem ocorrendo, mas também intersetorial, o que ainda é distante dos quadros cognitivos de planejadores e lideranças.

Por fim, Favareto (2010) alega:

É preciso mudar instituições formais – não se pode mudar um paradigma e operacionalizar uma nova visão com organizações enviesadas pela velha visão, é preciso mudar as instituições informais – é preciso criar estímulos para que lógicas intersetoriais e a integração de esforços sejam crescentemente adotados no planejamento e execução de políticas e investimentos. (Favareto, 2010, p. 59).

4.1.3 ABORDAGEM ENDÓGENA

O conceito teórico da concepção de desenvolvimento endógeno, segundo Piacenti (2016), surge das transformações oriundas das teorias de desenvolvimento regional, do declínio de regiões tradicionalmente industriais e da emergência da transição de paradigmas na indústria. O autor ao citar (ROSA, 2004) afirma, a endogenia é o conceito que unifica os termos desenvolvimento local, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial.

O protagonismo dos atores locais é visto por Piacenti (2016) como pressuposto a teoria do desenvolvimento endógeno que ao interagirem em laços de cooperação territorial, constituem o capital social de uma região.

Desta forma, o autor coloca:

A contribuição da teoria endogenista foi a de identificar quais fatores de produção atualmente decisivos – como capital social, capital humano, conhecimento, Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) e informação – eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. [...] (SOUZA FILHO, 2002 in PIACENTI, 2016 p. 66).

De acordo afirmação que é por meio do capital humano e habilidades de um país ou região que o crescimento econômico a longo prazo é determinado, Piacenti, (2016) completa dizendo que se assim for, as chances de promovermos processos de mudanças e transformações no desenvolvimento podem aumentar.

Essa capacidade de organização social de uma região é considerada como fator endógeno por excelência para a transformação do crescimento em desenvolvimento segundo Piacente (2016), citando Boisier (1992). Ainda em Boisier (1992), na mesma citação, o desenvolvimento de determinada região precisa da existência e do crescimento dos processos de autonomia decisória, precisa de uma crescente capacidade regional de captação e reinversão do excedente econômico, de um crescente processo de inclusão

social e digital, uma crescente conscientização das questões ambientais assim como da sincronia intersetorial e territorial do crescimento, por fim para o desenvolvimento de uma determinada região, o autor citado por Piacenti (2016) coloca que a percepção coletiva de pertencimento à região também é um fator condicionante.

Piacenti (2016), ao fazer menção aos clássicos da análise econômica como Furtado (1982) e Boisier (1992), nos diz que esses autores:

Entendem que o verdadeiro desenvolvimento de uma região ocorre, principalmente, por meio de um processo de ativação, ou seja, de mudanças no amadurecimento institucional e de canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade dos seus habitantes (Piacenti 2016, p. 68,69).

Esses mesmos autores nessa mesma obra, afirmam que “uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência dos seus problemas e se empenham em resolvê-los.” Para Boisier (1992) citado por Piacenti (2016), é necessário relacionar diferentes formas de capitais, tangíveis e não tangíveis na promoção do desenvolvimento endógeno, dentro dessa concepção, ele considera que para ocorrer um processo de crescimento econômico e desenvolvimento de longo prazo seria necessário aliar o estoque de conhecimento e de habilidades dos atores locais com a prática de políticas democráticas, de confiança e de cooperação. O quadro 2 apresenta cinco formas de capitais intangíveis e sua respectivas especificações.

Quadro 2 – Formas de Capital Determinantes do Processo de Desenvolvimento Regional

Formas de Capital	Especificação
1. Capital Institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
2. Capital Humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e a sua capacidade para exercitá-los.
3. Capital Cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas etc.
4. Capital Social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
5. Capital Sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular, de forma democrática, as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Fonte: Boisier (2000) in Piacenti (2016, p. 70)

4.1.4. CAPITAL SOCIAL E COOPERAÇÃO

Segundo Melim (2007), o trabalho de Tocqueville (1835), desenvolvido em seu Livro, *A Democracia na América*, serviu de estimulador e catalisador para trabalhos futuros que deram forma ao conceito de capital social. A partir da década de 80, Pierre Bourdieu, Robert Putnam, James Coleman, Francis Fukuyama, Alejandro Portes e outros autores começam a desenvolver pesquisas e a publicar artigos e livros sobre capital social.

Grootaert et al. (2003), nos dizem que a literatura acadêmica contemporânea discute o conceito de capital social de duas formas relacionadas, porém diferenciadas. A primeira considera as informações, ideias e apoios como recursos e esses são desenvolvidos a partir das relações entre as pessoas, essa ideia segundo os autores esta relacionada a Ronald Burt e Alejandro Portes. Esses recursos reconhecidos como capital pelos mesmos, são “sociais” na medida em que só serão acessíveis dentro e por meio dessas relações, diferentemente aos capitais físicos e humanos, que são inerentes aos indivíduos. Entende-se, portanto, que aqueles que obtêm uma estrutura organizada em rede e que mantenham relacionamentos com um maior volume de frequência, tenham assim, um papel chave na manutenção dos fluxos desses recursos sociais. Posteriormente, aquele que mantiver maior número de ligações em rede melhores posições e acessos a recursos terá.

A segunda e mais comum leitura em torno do capital social, normalmente vinculada ao cientista político Robert Putnam, trabalha a natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo frente a diversas redes e organizações, formais e informais. Grootaert et al. (2003).

Melim (2007, p. 64), afirma que Putnam apoia-se em Tocqueville no desenvolvimento de seus conceitos a respeito do capital social e introduz o conceito de comunidade cívica, afirmando que esse: “se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”.

Putnam (1996) segundo Melim, (2007) afirma que na comunidade cívica os seus membros se mantêm unidos por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. O autor coloca ainda que:

As relações de confiança existente entre os membros da comunidade cívica permitem superar mais facilmente o oportunismo, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente. Reforça que “certas estruturas e práticas sociais incorporam e reforçam as normas e os valores da comunidade cívica”, referindo-se ao papel das entidades associativas no seio da sociedade. As entidades associativas incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, no âmbito interno, e estimulam a “articulação de interesses” e a “agregação de interesses”, no externo. (PUTNAM, 1996) apud (MELIM, 2007, p. 65)

Segundo Melim (2007), analisando o trabalho de Putnam (1996), a herança de um bom estoque de capital social sob a forma de reciprocidade e sistemas de participação cívica podem ajudar nos dilemas do oportunismo social assim como:

“A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica.” (...) “A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente.” (PUTNAM, 1996, apud MELIM, 2007 p. 68).

Para explicar uma outra forma geradora de capital social Melim (2007) cita Fukuyama (1999), quando o mesmo alega que a geração de capital social pode ser seguida de “externalidades”, (relações com o entorno da pessoa ou grupo, positivas e negativas). Assim como o capital físico (financeiro) e o capital humano, o capital social pode produzir resultados ruins para pessoas externas ao grupo que o gera.

Para o autor,

Os grupos que possuem capital social têm um certo “círculo de confiança”, que é o conjunto de pessoas entre as quais os padrões de cooperação são operados. Se o capital social do grupo produz “externalidades” positivas, o “círculo de confiança” pode ser mais amplo do que o grupo em si. É também possível o “círculo de confiança” ser menor do que o número de participantes de um grande grupo, como ocorre em uma grande organização que fomenta padrões cooperativos somente entre conjunto de líderes ou do staff permanente. (FUKUYAMA, 1999, apud MELIM 2007, p. 73).

(FUKUYAMA, 1999 apud MELIM 2007), comenta que a função econômica do capital social é reduzir os custos de transações associados com os mecanismos de coordenação formal, como contratos, hierarquias, regras burocráticas e outras.

Fukuyama (1999), citado por Melim (2007), apresenta algumas considerações a respeito da formação do capital social pelo estado:

A área em que governos provavelmente têm a maior habilidade direta para gerar capital social é a educação. Instituições educacionais transmitem, além de capital humano, capital social na forma de padrões e regras sociais. Isto é verdadeiro em todos os níveis de educação, da básica à universitária e à profissionalizante. (FUKUYAMA, 1999, apud MELIM 2007, p. 77).

Estados podem ter um sério impacto negativo no capital social quando eles desenvolvem atividades que são mais bem realizadas pelo setor privado ou sociedade civil. A habilidade para cooperar é baseada no hábito e na prática. Se o estado toma para si a responsabilidade de organizar tudo, pessoas se tornam dependentes e perdem sua habilidade espontânea para trabalhar uns com outros. (FUKUYAMA, 1999, apud MELIM 2007, p. 77).

Desta forma, podemos entender que o capital social como processo e instrumento

de empoderamento do cidadão, pode mudar as relações pessoais e promover melhores intercâmbios sociais, gerando mais redes de cooperação e de solidariedade.

Ao considerarmos uma recorrente dificuldade consensual na definição de Capital Social, optamos pelo seguinte conceito.

Capital Social é decorrente da prática continuada de relações adequadas entre pessoas de um mesmo grupo, cuja existência é comprovada através de manifestações (confiança, lealdade, reconhecimento mútuo, obrigações com o grupo, e outras) e que proporciona aos seus participantes resultados desejados (tais como: ganhos individuais e coletivos, conquista de novos direitos, acesso a informações e conhecimentos, redes duráveis, e outros). As relações geradas entre as pessoas de um grupo são frutos de um ambiente cultural comum, do compartilhamento de valores, da existência de normas e padrões de convivência (explícitas ou implícitas) e de objetivos individuais e grupais, entre outros fatores. (Melim 2007, p. 90).

Segundo (BAQUERO, 2001 apud PIACENTE, 2016), o capital social pode ser incrementado pela cultura e educação, fortalecendo posturas participativas dos cidadãos, considerando variáveis como confiança, cooperação e participação política, como formas de incrementar e colaborar com as políticas públicas de forma a se tornarem mais eficazes para o desenvolvimento das comunidades.

5. ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS

A pergunta problema que orientou nossa pesquisa passa pela difícil tarefa de assimilar as subjetividades reconhecidas nesse trabalho sob o formato de capital social aos processos de desenvolvimento. Ao perguntarmos Como o Programa Oeste em Desenvolvimento através do eixo estruturante capital social e cooperação, pode contribuir para o desenvolvimento territorial da região Oeste do Paraná? Pudemos organizar, descrever, classificar e interpretar os dados qualitativos de forma que trouxéssemos uma tentativa de compreensão do objetivo geral da pesquisa: “Analisar as ações e projetos desse Eixo Estruturante”, assim como analisar os objetivos específicos: identificar e caracterizar os atores sociais envolvidos no programa; verificar as ações do eixo estruturante que estimulam o capital social da região Oeste e estimulam a participação social nos projetos e Inter-relacionar os elementos do capital social identificados no eixo estruturante aos processos de desenvolvimento territorial do Programa Oeste em Desenvolvimento.

Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas organizadas sob seis dimensões diferentes e codificadas para a primeira parte das análises em três categorias: (Relação entre Capital Social e Desenvolvimento territorial; Participação Civil; e, Principais ações e Projetos do Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação), as entrevistas foram realizadas com os idealizadores do Programa sendo um deles, o atual gerente de Desenvolvimento Territorial do Programa.

Para uma segunda parte de análises, também foram colhidos dados qualitativos por meio de entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com os responsáveis pelo curso de formação: Promotores em Desenvolvimento Territorial, ministrado pelo CONECTADEL em parceria com o Programa Oeste em Desenvolvimento. Essas análises buscaram como objetivo geral, entender a relação entre o Curso Promotores em Desenvolvimento Territorial do CONECTADEL com o Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento.

Como objetivos específicos, buscamos compreender como eram trabalhadas as questões da cooperação, confiança e/ou capital social nos cursos de Promotores em Desenvolvimento Territorial; e quais os resultados individuais ou coletivos que o curso pode proporcionar. Para as análises dessas dimensões, criamos duas categorias: Formação do Capital Social e Participação Social e Foco das ações de Formação.

5.1 PRIMEIRA PARTE, (PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO)

5.1.1 RELAÇÃO ENTRE CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao serem questionados quanto as suas percepções frente à relação entre Capital Social e Desenvolvimento Territorial a partir do olhar do Programa Oeste em Desenvolvimento, nossos entrevistados manifestaram-se da seguinte forma conforme o Entrevistado (1):

“Primeiro, são coisas a priori indissociáveis, tá, porque a própria tomada de consciência do conceito de território já precisa ter algum grau de capital social organizado”, [...] Entrevistado (1), (Pesquisa, 2017).

“É... PRA NÓS ASSIM, FALAR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL É FALAR DE PLANEJAMENTO NÉ? PLANEJAMENTO E NA VERDADE RESOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS, DE CURTO PRAZO, MÉDIO E LONGO PRAZO TÁ! QUAL QUE É A GRANDE QUESTÃO QUE A GENTE COLOCA, TU NÃO CONSEGUE ESTABELECEER CAPITAL SOCIAL, AO NOSSO PONTO DE VISTA, SEM QUE TU GERE CONFIANÇA E CREDIBILIDADE NO PROCESSO E ENTÃO É POR ISSO QUE NÓS PRECISAMOS MUITO, PRA FALAR DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A MÉDIO E LONGO PRAZO, NOS TEMOS QUE DESENVOLVER CONFIANÇA A CURTO PRAZO, ACUMULAR CAPITAL SOCIAL E ESSA É A NOSSA RELAÇÃO, NÃO TEM COMO A GENTE FAZER SOZINHO, EVIDENTE, CRIAR CAPITAL SOCIAL PRA NÓS, NÃO, DIGAMOS ASSIM, CRIAR CAPITAL SOCIAL ENTRE CINCO, SEIS INSTITUIÇÕES ENTENDEU, ISSO É UM PROCESSO, PRA NÓS, CONTNUO EM QUE UTILIZAMOS DESSES PARA CRIAR ESPAÇOS DE DIALOGO.” Entrevistado (2), (Pesquisa, 2017).

Pudemos perceber mediante trajetória da entrevista que a apreensão dos conceitos de território, desenvolvimento e capital social pelos entrevistados, vai sendo construído concomitante o acúmulo das experiências que o programa vai adquirindo, ao conversar com o entrevistado (1) por exemplo sob a possibilidade dele definir-me território, sua posição me pareceu muito segura, segundo ele, existe uma visão geral de região como conceito geográfico, o Município que eu moro, a região territorial geográfica que eu moro, vivo, e criam nisso algumas determinadas identidades, a outra é você entender que em cima desses espaços físicos, você tem gente e tem instituições e diz que as instituições não interessa quais, pequenas ou grandes são formadas por pessoas e essas representam os interesses das pessoas, individuais e coletivos, completa, “TERRITÓRIO É O ESPAÇO FÍSICO ONDE SE DÃO AS RELAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS, UM ESPAÇO DE MAIOR INTERAÇÃO ENTRE AS PESSOAS”.

Frente à varias definições de território, optamos pela versão de vertente cultural construída por Haesbaert, (1995 e 1997) e Limonad, (1999) apud Haesbaert (2014) para referendarmos esse conceito:

Cultural (muitas vezes culturalista): ou simbólico- cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. (Haesbaert, 1995 e 1997 e Limonad, 1999 apud Haesbaert 2014. p. 40)

Outro fator interessante nessa parte da entrevista com o representante idealizador do Programa Oeste, foi a concepção de tri-nacionalidade mencionada no planejamento de médio longo prazo do Programa, segundo o entrevistado, o Oeste do Paraná é parte de um território trinacional, ele coloca que a própria ITAIPU tem absoluta consciência disso e que eles vem trabalhando para que os instrumentos de política não sejam nacionalizados em suas ações, “começamos por adotar um diálogo com o Oeste do Paraná mas nós já estamos com um processo de formação na região de Misiones aqui com a Argentina e com o Leste do Paraguai no que seria o Alto Paraná, um Departamento que valeria como Oeste do Paraná, então nossa visão é esse macro território trinacional.

Quando instigado há desenvolver um pouco mais sobre o conceito de Capital Social ou pelo menos a concepção desse termo pelo Programa, nosso entrevistado (1), desenvolve esse tema dizendo-nos que Capital Social significa você ter tomada de consciência, das pessoas e das suas instituições, tentando identificar as instituições que tem verdadeira importância e representatividade e fazer com que elas passem a convergir, de forma simplificada, em dois vieses, o primeiro viés é de tomada de consciência desse conceito de território que a gente vive nesse espaço físico, geográfico, mas que ele tem algum grau de articulação institucional porque o que vale mais é a articulação, fazendo com que tomemos consciência de que as pessoas é que mudam o território para melhor e não ficarem esperando ações de cima para baixo.

Ou seja, é um olhar endógeno, “o protagonismo dos atores locais é visto por Piacenti (2016) como pressuposto a teoria do desenvolvimento endógeno que ao interagirem em laços de cooperação territorial, constituem o capital social de uma região.

Continua, e a partir disso, entender que a gente tem que “ formar pessoas”, nós temos que buscar aliados e todas as instituições independentemente de quais elas são, elas são importantes porque elas ajudam no processo de tomada de consciência da apropriação da tomada de consciência das pessoas a entenderem o que é território e interagir.

De acordo com Melim (2007) o conceito de Capital Social passa pela seguinte conjuntura:

Capital Social é decorrente da prática continuada de relações adequadas entre pessoas de um mesmo grupo, cuja existência é comprovada através de manifestações (confiança, lealdade, reconhecimento mútuo, obrigações com o grupo, e outras) e que proporciona aos seus participantes resultados desejados (tais como: ganhos individuais e coletivos, conquista de novos direitos, acesso a informações e conhecimentos, redes duráveis, e outros). As relações geradas entre as pessoas de um grupo são frutos de um ambiente cultural comum, do compartilhamento de valores, da existência de normas e padrões de convivência (explícitas ou implícitas) e de objetivos individuais e grupais, entre outros fatores.

(Melim 2007, p. 90).

Ainda segundo nosso colaborador entrevistado (1), existe uma tendência das próprias instituições e pessoas em tentar se mostrar mais bonito que os outros, eu sou mais bonito, sou mais importante, sou melhor, sou isso sou aquilo e quando a gente toma consciência do papel de território, que é importante convergir, a gente vê que a coisa mais importante na geração de capital social é a tomada de consciência, ele coloca que a tomada de consciência não é a única coisa que gera capital social e sim o início do processo, “TEM OUTRAS COISAS QUE TU TEM QUE IR CONHECENDO, ENTENDO, ENTENDO A PRÓPRIA ECONOMIA, ENTENDER O CONCEITO DE CADEIA PRODUTIVA E OUTRAS COISAS, COMO É QUE VOCÊ FAZ DISSO UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA NO SENTIDO DE CONVERSAR, INTERAGIR E FAZER COM QUE ISSO CONVIRJA COM UM PROPÓSITO COMUM QUE É TER UM PLANO DE TRABALHO COMUM?”

Na continuação de tentar entender essa relação mediante os olhares dos gestores do Programa Oeste em Desenvolvimento, nosso segundo entrevistado, atual gerente de Desenvolvimento Territorial da Fundação PTI – Parque tecnológico de ITAIPU, área inclusive, criada após a implementação do Programa segundo o mesmo, nos complementa com suas experiências dizendo-nos que que essa relação entre Capital Social e Desenvolvimento Territorial, gera alguns conflitos o que para eles parece ser bom.

“PORQUE SE TU COLOCA UMA QUESTÃO PRA MIM, EU FAÇO DE CONTA QUE CONCORDO CONTIGO MAS NA HORA DA OPERAÇÃO EU FAÇO O CONTRARIO, NÃO ADIANTA DE NADA, ENTÃO A GENTE ESTIMULA ESSA QUESTÃO DA GOVERNANÇA AQUI DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO, NÓS ESTIMULAMOS MUITO ESTA QUESTÃO AÍ DE TER CONFLITO, DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO, ATÉ ENTÃO, PEGA DOIS PONTOS ASSIM, TRABALHAR A QUESTÃO DOS PROBLEMAS, EXPLICITAR OS PROBLEMAS, COLOCAR NA MESA, NÃO FICAR CRIANDO FALSAS SOLUÇÕES, É UMA VISÃO, A OUTRA É O NOSSO “PROCESSO DE FORMAÇÃO” E GERAÇÃO DE AMBIENTES DE DIÁLOGOS NA FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.” Entrevistado (2), (Pesquisa, 2017).

De acordo citação de Cançado, Tavares e Dalabrida, (2013), o conceito de governança significa: “um conjunto complexo de instituições e atores, públicos e não públicos, que agem num processo interativo” (STOKER, 1998).

Para finalizarmos essa categoria de análises, seguimos com duas citações dos dois entrevistados referentes ao entendimento final da relação Capital Social e Desenvolvimento Territorial, entrevistado um, (1) e entrevistado dois, (2) respectivamente.

“ENTÃO GROSSO MODO, TERRITÓRIO E CAPITAL SOCIAL TEM TUDO A VER PORQUE EU ACHO QUE VOCÊ SÓ ENTENDE UM NA MEDIDA QUE TENHA O OUTRO, VAMOS CHAMAR ASSIM, E O EXERCÍCIO DISSO, DESSA INTERAÇÃO É QUE FORTALECE O TERRITÓRIO AS SUAS ESTRATÉGIAS E FORTALECE AS INSTITUIÇÕES E A SUA TOMADA DE CONSCIÊNCIA.” Entrevistado um (1), (Pesquisa,

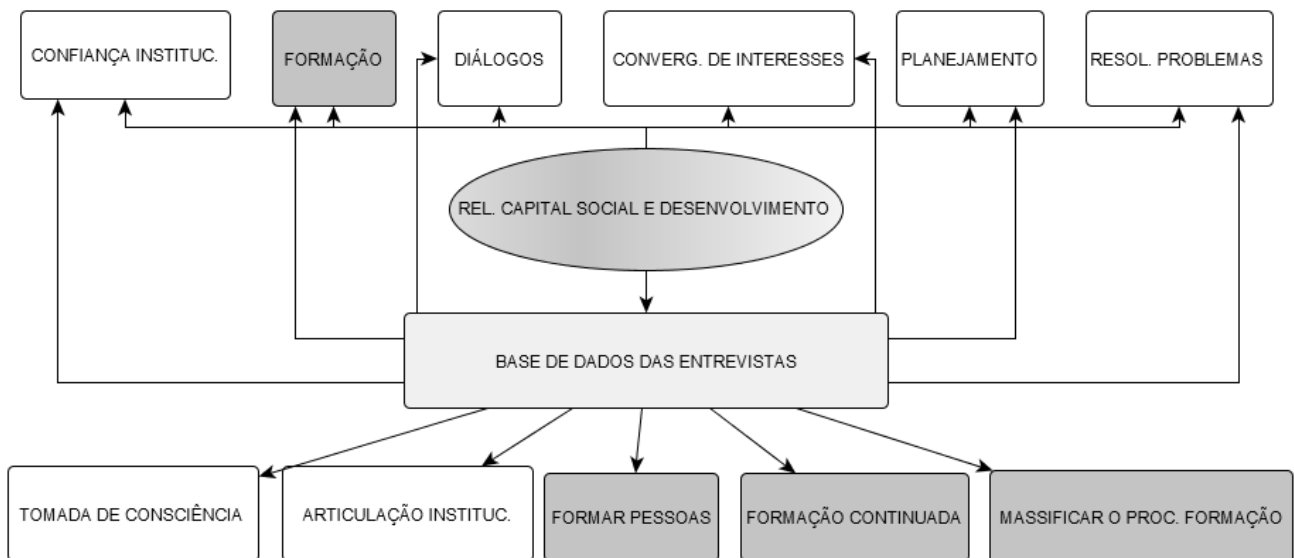
2017).

“AINDA ESTAMOS TRABALHANDO MUITO NUMA PERSPECTIVA DE CURTO PRAZO, NÓS ESTAMOS AINDA MUITO NA CONJUNTURA, A PARTIR DESSE ANO, ANO QUE VEM VAMOS CONSEGUIR ESTABELECECER NO OESTE UMA DISCUSSÃO DE LARGO PRAZO, QUE TERRITÓRIO NÓS QUEREMOS PARA DAQUI DEZ, QUINZE, VINTE ANOS, QUE DAÍ VOCÊ TALVEZ, VOCÊ CONSIGA FAZER COM QUE A POPULAÇÃO OLHE PRA UM HORIZONTE, E OLHANDO PARA UM HORIZONTE MAIS LARGO E UM TERRITÓRIO MELHOR, ALINHAR UMA SERIE DE POLITICAS PRA CONSTRUIR UM TERRITÓRIO EFETIVAMENTE MELHOR PARA TODOS.” Entrevistado um (1), (Pesquisa, 2017).

“ENTÃO ESSA É A NOSSA RELAÇÃO, NÃO TEM COMO, ÀS VEZES É ATÉ DIFÍCIL EXPLICAR, ELE ESTA TÃO INTRÍNSECO AO PROCESSO QUE É DIFÍCIL DE SEPARAR, MAS ASSIM COMO NÓS PENSAMOS O CAPITAL SOCIAL, É RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, SENDO MAIS OBJETIVO NÉ, ESSE PROCESSO AÍ DE FORMAÇÃO MESMO, GERAÇÃO DE ESPAÇO DE DIALOGO, E TUDO MAIS, ASSIM, UM PROCESSO MAIS CONTINUADO, MAIS NA LINHA DO DESENVOLVIMENTO. É O QUE NOS TEMOS ASSIM NA LINHA DE DESENVOLVIMENTO E CAPITAL SOCIAL PARA SER MAIS OBJETIVO”. Entrevistado dois (2), (Pesquisa, 2017).

Pode-se perceber a partir das análises das entrevistas acima que essa relação entre capital social e desenvolvimento, muito passa, segundo os entrevistados, dentre outros fatores, mas principalmente, pelo processo de formação mencionado várias vezes em diferentes pontos da entrevista como mostra a figura 5:

Figura 5 - Categoria: Relação entre Capital Social e Desenvolvimento Territorial



Fonte: Elaboração Própria

Pode-se observar que o fator “Formação” destacado em tom de cinza, que nesse

caso refere-se ao programa de formação do curso Promotores em Desenvolvimento Territorial, oferecido pelo Programa Oeste em Desenvolvimento em parceria com o ConectaDEL², aparece exponencialmente na base de dados.

A ênfase dada pelos gestores do Programa Oeste a este curso de formação como fator preponderante para a constituição e estocagem de capital social no território Oeste do Paraná, fez com que quiséssemos saber mais a respeito desse curso o que levou a pesquisa inscrição ao curso de modo que fosse possível fazer uma observação participante.

Por uma questão de sincronia, as datas do curso coincidiram com as da pesquisa de forma que pudéssemos participar presencialmente na cidade de Medianeira-PR.

Após participação nesse curso, chama atenção à questão de o curso não trabalhar em suas ementas, alguma bibliografia diretamente relacionada ao capital social. Ao participar como observador participante pudemos perceber que os módulos trabalhados no curso funcionam como um impulso propulsor para o início dos debates territoriais que o Programa tanto preza, de fato a metodologia adotada pela estrutura do curso, acaba gerando vários momentos de interação uma vez que para além das perspectivas conceituais, as práticas e condicionantes do edital de co-financiamento dos projetos em desenvolvimento, forçavam de modo positivo uma certa articulação entre os interesses dos grupos junto as instituições e atores civis. É importante lembrar que só seria possível a execução dos mesmos por meio dessas parcerias e contrapartidas.

O capítulo referente à instituição CONECTADEL, abordará de forma mais profunda essa questão. Em anexo ao Final desse trabalho, segue o meu certificado de participação no curso Promotores em Desenvolvimento Territorial.

5.1.2 PARTICIPAÇÃO CIVIL

Para essa categoria de análise, fica clara a postura da gestão do Programa (POD) em relação a participação civil, ainda que consideremos que as instituições sejam feitas de e por pessoas como já foi colocado logo atrás, a participação para o entrevistado (1), nos mostra a seguinte ideia:

“DIRIA QUE NÃO É UM MOVIMENTO POPULAR AINDA, PORQUE ELE NÃO É DE TOMADA DE CONSCIÊNCIA PLENA E TAL, É UM TRABALHO QUE NÓS AINDA VAMOS TER QUE FAZER PARA TODA A POPULAÇÃO SABER QUE EXISTE O OESTE EM DESENVOLVIMENTO, QUE EXISTE UM ESPAÇO DE DIALOGO E TAL.”
Entrevistado (1), (Pesquisa, 2017).

Completa, “EU DIRIA QUE É UMA PARTICIPAÇÃO BOA A PARTIR DO OLHAR DAS INSTITUIÇÕES. NÓS NÃO SOMOS AINDA UM PROCESSO MASSIFICADO, ACHO

² Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social no Brasil (ConectaDEL-Brasil).

QUE ESTAMOS MUITO LONGE DE SER UM PROCESSO MASSIFICADO COMO POPULAR, NO SENTIDO QUE AS PESSOAS ENTENDAM QUE TEM O OESTE EM DESENVOLVIMENTO, QUE TEM UMA DISCUSSÃO, NÓS ESTAMOS LONGE DISSO AÍ AINDA, MAIS EU DIRIA QUE A PARTICIPAÇÃO CIVIL É BOA MAIS EMPRESARIAL, A SOCIEDADE CIVIL NÃO É FEITA SÓ DO MUNDO EMPRESARIAL O MUNDO EMPRESARIAL É PARTE DESSE PROCESSO, MAS ELE TEM UM PROTAGONISMO MAIOR HOJE CONSIDERANDO TODO O UNIVERSO DA SOCIEDADE CIVIL VAMOS DIZER ORGANIZADA E TAL.” Entrevistado (1), (Pesquisa, 2017).

O entrevistado (1), quando faz essas duas afirmações, alega que o mundo empresarial esta mais presente no modelo de sociedade atual, e enfatiza que não acha isso ruim, ele coloca que num processo aonde você não tem nada, contar com o meio empresarial esta bom. Outra forma de abordar a questão segundo o mesmo seria começar o processo por outro caminho, pelo chão de fabrica, no sentido de entrar pela sociedade civil, fazer grandes debates só que esse modelo segundo o entrevistado, já nasce com as chamadas lideranças institucionais contra! Normalmente, a classe empresarial entende esse tipo de articulação como uma ameaça ao seu status quo, esse processo não faz parte de um processo de mudança de sociedade afirma, isso compete ao Partido, as outras instancias, “NOSSO PROCESSO, ELE LEVA A UMA CONSCIÊNCIA POLITICA DE TOMAR PRA SI O TERRITÓRIO A CONSCIÊNCIA DE TERRITÓRIO E QUE TODOS ATORES SÃO IMPORTANTES E QUE ELES JUNTOS PODEM TRANSFORMAR.” Entrevistado (1), (Pesquisa, 2017).

Ainda com o mesmo entrevistado, ele afirma, “AS INSTITUIÇÕES POSSUEM MAIOR CAPITAL INSTITUCIONAL E ECONÔMICO, QUANDO ESSAS ESTÃO A FAVOR DE UMA VISÃO ENDÓGENA É BOM PARA O TERRITÓRIO, A CAPILARIZAÇÃO E A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES SE FAZEM NECESSÁRIAS UMA VEZ QUE A TOMADA DE CONSCIÊNCIA GERA UMA CAPACIDADE DE COBRAR OUTRAS INSTANCIAS DE GOVERNO PARA O DIALOGO SEJA A PARTIR DO QUE O TERRITÓRIO PRECISE”. Entrevistado (1), (Pesquisa, 2017).

Furtado (1982) e Boisier (1992) apud Piacenti (2016), “uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência dos seus problemas e se empenham em resolvê-los.”

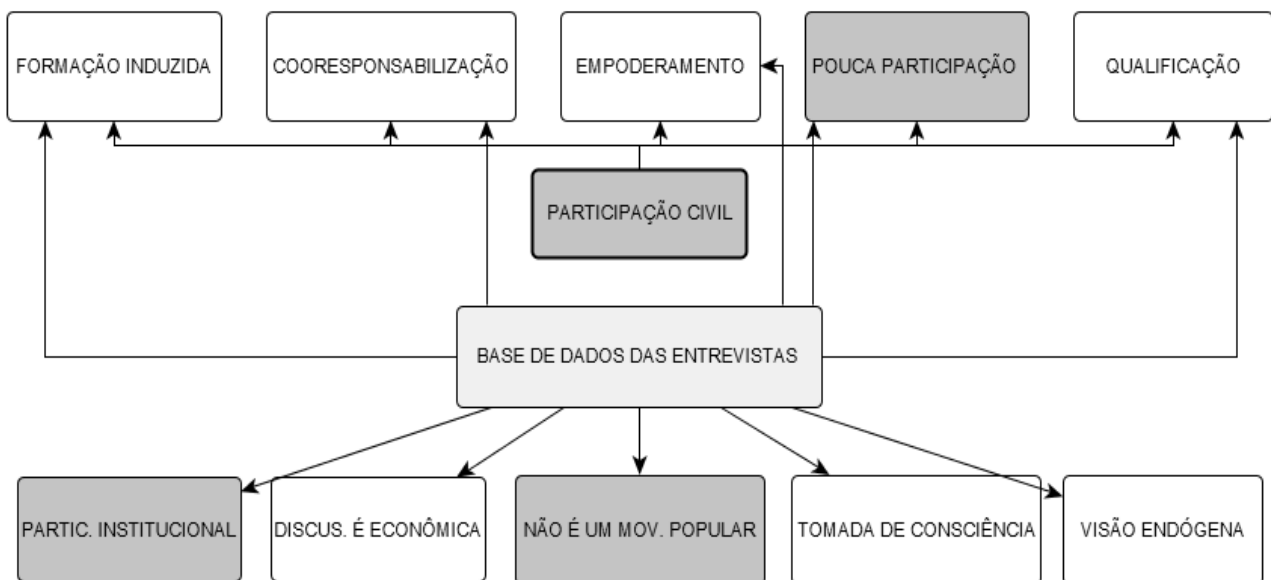
No mesmo sentido:

Na literatura que reúne os entusiastas da participação social há dois pressupostos que fornecem o argumento que explicaria suas condições de eficiência. O primeiro deles é que a população local seria estimulada a participar a partir de uma redução dos custos envolvidos no processo de mobilização política, [...], E, segundo pressuposto, ao se abrir a possibilidade de que os vários atores envolvidos em processos de desenvolvimento explicitem de forma mais direta suas demandas, estas se tornariam mais claras e compreensíveis para os atores estatais, em um processo capaz de iluminar especificidades locais que podem contribuir para o sucesso na implementação de iniciativas privadas, bem como de programas e políticas públicas (CUNNIL, 1997; ABERS, 2001; WB, 2001; UNDP, 2002, apud COELHO e FAVARETO 2008, p. 16).

Quando questionamos o entrevistado dois (2) referente à como seria a participação civil no Programa, ele nos diz que: “VOU TE DIZER BEM ASSIM, A PARTICIPAÇÃO SOCIAL É MUITO BAIXA TÁ, NA VERDADE TÁ SENDO UMA ABORDAGEM MUITO AINDA INSTITUCIONAL, ABORDAGEM ENQUANTO PTI, ENQUANTO ITAIPU, ENQUANTO SEBRAE, A PARTICIPAÇÃO ASSIM, PARA SER BEM COERENTE, ESSE PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL ESTA SENDO PENSADA AGORA, NÓS ENVOLVEMOS ALGUMAS LIDERANÇAS QUE NOS AJUDAM A FAZER ESSE PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DAS QUESTÕES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO, NOS AJUDAM A INDICAR ALGUMAS PESSOAS MAIS LÁ AINDA É MUITO PEQUENA.” Entrevistado (2), (Pesquisa, 2017).

Afigura - 6, expressa de forma resumida as análises referente à participação social no Programa Oeste em Desenvolvimento:

Figura 6 - Categoria: Participação Civil



Fonte: Elaboração Própria

Outras questões aos fatores da participação também aparecem no quadro acima como pode ser visto, desde o trabalho de empoderamento, qualificação, visão endógena de desenvolvimento, questões como descentralização das responsabilidades também entram nas falas dos entrevistados sendo que a afirmação da baixa participação social sobressai as outras manifestações.

5.1.3 PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS

Entrevistado (1), ao ser questionado quanto à existência de projetos e ações: “SIM, NOS TEMOS NA ESTRATÉGIA, O PROCESSO DE FORMAÇÃO, SE NÃO FOSSE OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO, NÃO ESTARÍAMOS ONDE ESTAMOS, ELES SABEM QUE AS PESSOAS QUANDO VEM PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO OU VÃO NÉ PORQUE A GENTE TEM ELES DECENTRALIZADOS TAMBÉM, AS PESSOAS SAEM COM UM OLHAR DIFERENTE E FACILITA DEPOIS O DIALOGO DO PRÓPRIO OESTE EM DESENVOLVIMENTO O ENGAJAMENTO DAS PESSOAS E TAL.” Entrevistado (1), (Pesquisa, 2017).

É perceptível após algumas análises dos dados como que o recorrente processo de formação mencionado, assume o protagonismo das atividades do Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento.

Justamente por esse desdobramento no caminhar da pesquisa é que organizamos esse documento em duas partes de análises tendo como foco na segunda parte, o próprio curso de formação do Programa. Ainda referente às principais ações e projetos do Eixo Estruturante, nosso 1º entrevistado coloca:

“Nós já estamos agora em fases de fazer essa discussão em bases municipalizadas para criar núcleos de pessoas que continue discutindo desenvolvimento municipal e tal, uma coisa é desenvolvimento do território como um todo que tem suas cadeias de expressão a outra é você conseguir isso em nível municipal, em nível mais localizado que exige que cada um olhe pro seu chão, tentar estabelecer daí estratégias municipalizadas.” Entrevistado (1), (Pesquisa, 2017).

Nosso entrevistado (2), traz uma perspectiva semelhante, “OS OBJETIVOS DO CAPITAL SOCIAL PARA NÓS, PRIMEIRAMENTE É TRABALHAR DE MANEIRA MAIS COOPERADA NÉ, DENTRO DO TERRITÓRIO, ENTÃO EU ACHO QUE ESSA É A PRIMEIRA QUESTÃO, QUE A GENTE TRABALHE A QUESTÃO SOCIAL” Entrevistado (2), (Pesquisa, 2017).

Buscamos entender as questões da cooperação nessa pesquisa a partir da seguinte citação:

“A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica.” (...) “A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente.” (PUTNAM, 1996, apud MELIM 2007, P. 68).

Seguindo com os principais projetos e ações do Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação, o atual gerente de Desenvolvimento Territorial do Programa nos diz:

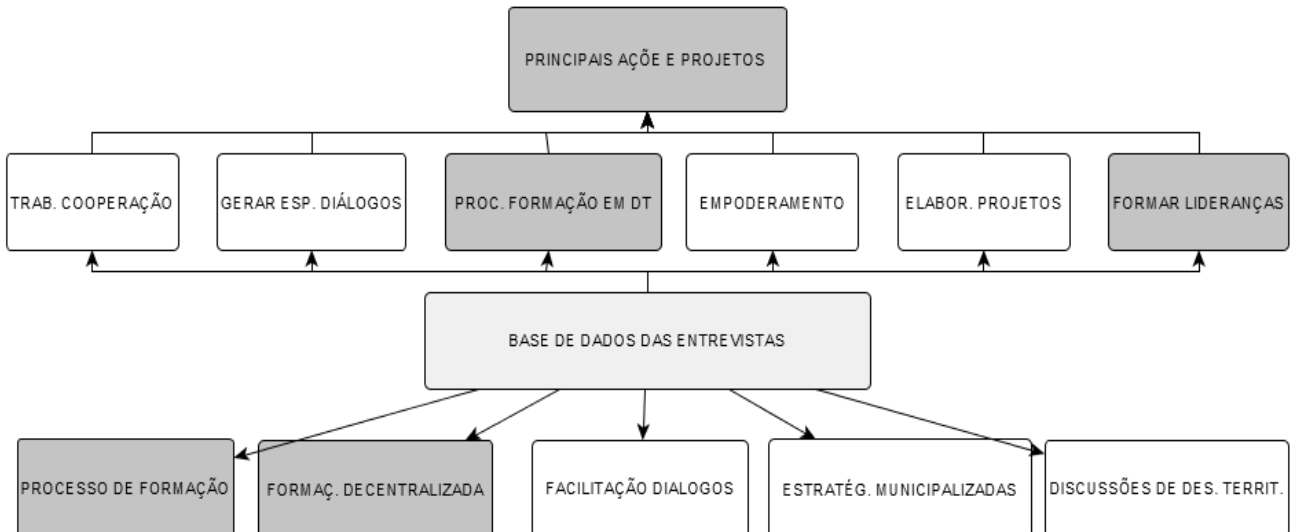
“SÃO ESSAS QUESTÕES DE GERAÇÃO DE ESPAÇOS DE DIALOGO QUE NÓS

TEMOS COM VARIAS ESTRUTURAS AÍ DE DIÁLOGOS QUE NÓS TEMOS NO PROGRAMA E ESSE PROCESSO DE FORMAÇÃO UM POUCO MAIS ESPECÍFICO NA LINHA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, SÃO AS PRINCIPAIS AÇÕES, DAÍ TEM OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO A PARTE MAIS TEÓRICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, TEM ESSA QUESTÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS, VAMOS ENTRAR TAMBÉM NESSA QUESTÃO DE GESTÃO PÚBLICA TAMBÉM, SÃO AÇÕES QUE ESTÃO AÍ NESSA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DOS ESPAÇOS.” Entrevistado (2), (Pesquisa, 2017).

Ainda ele, complementa, “É PRA GENTE A PESSOA MAIS QUALIFICADA ELA É MAIS PREPARADA, EU ACHO QUE ESSA É A GRANDE QUESTÃO, FORMANDO REALMENTE AS LIDERANÇAS, OS QUADROS TÉCNICOS DE TODA A REGIÃO, ACHO QUE ESSA É A GRANDE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, AGORA O RESTANTE SE VOCÊ FOR FALAR ACABA SENDO MUITO PEQUENA NÉ E ESSA DINÂMICA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS VAI MUDAR AO LONGO DO PROCESSO, SE SENTIR MAIS IMPONDERADO, ACHO QUE ESSE É O GRANDE FOCO NOSSO”. Entrevistado (2), (Pesquisa, 2017).

A figura - 7 abaixo evidencia o sentido dos investimentos nos processos de formação dos atores locais como foco de suas ações.

Figura 7– Categoria: Principais Ações e Projetos



Fonte: Elaboração Própria

O crédito dado pelos gestores do Programa às perspectivas da formação dos atores locais como principal ação do Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação nos obrigou a seguir com a pesquisa para a compreensão dessa medida de forma que a segunda parte a seguir pode nos trazer algumas colaborações.

6. SEGUNDA PARTE, (CONNECTADEL - PROGRAMA REGIONAL DE FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL COM INCLUSÃO SOCIAL)

6.1 FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Nessa Segunda parte foram entrevistados os técnicos/palestrantes responsáveis pelo curso de formação Promotores em Desenvolvimento Territorial oferecido pelo Programa Oeste em Desenvolvimento em Parceria com CONECTADEL. Seguindo a lógica do título desse capítulo, buscamos compreender a partir dos olhares dos instrutores do curso assim como da ementa e atividades do mesmo, uma forma de assimilar essa relação entre a confiança dada pelos gestores do Programa Oeste em Desenvolvimento ao processo de formação ministrado pelos técnicos do CONECTADEL, como fator preponderante no trabalho para com o capital social da região Oeste do Paraná.

Nossa primeira inquietação frente à tentativa de compreender a relação entre o Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento com o curso de formação Promotores em Desenvolvimento Territorial do CONECTADEL, foi abordada pelo nosso entrevistado (3), que explica-nos que essa relação se deu da seguinte forma: “o Conectadel faz um trabalho de base para o território incorporar as próprias ações do Oeste em Desenvolvimento, então a gente precisa fazer o diálogo do desenvolvimento só que você não tem, as vezes, as pessoas com a mesma percepção, dando a mesma importância para esse processo, então o CONECTADEL vem nesse sentido de formação.” Entrevistado (3), (Pesquisa, 2017).

Já nosso entrevistado (4), coloca: “OS EIXOS ESTRUTURANTES LÁ, ESTÃO MUITO MAIS LIGADOS ÀS CADEIAS DA PROTEÍNA ANIMAL, ESTÃO LIGADOS À QUESTÃO DA LOGÍSTICA E DA INFRAESTRUTURA E A QUESTÃO DE MEIO AMBIENTE, AGORA É QUE COMEÇOU A SE TRABALHAR ISSO, ELE NÃO ESTAVA COMO UM EIXO ESTRUTURANTE, AGORA É QUE SE COMEÇOU DE FATO A SE TRABALHAR ISSO AÍ, JUSTAMENTE POR CAUSA DAS CRÍTICAS EM CIMA DO PROGRAMA PORQUE O PROGRAMA ESTAVA MUITO VOLTADO PARA O LADO ECONÔMICO E NÃO PARA O LADO DE DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL ENTENDEU” Entrevistado (4), (Pesquisa, 2017).

A partir dessa fase, podemos perceber a articulação dos gestores entre as demandas do território. Piacenti (2016), ao fazer menção aos clássicos da análise econômica como Furtado (1982) e Boisier (1992), nos diz que esses autores:

Entendem que o verdadeiro desenvolvimento de uma região ocorre, principalmente, por meio de um processo de ativação, ou seja, de mudanças no amadurecimento institucional e de canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade dos seus habitantes (Piacenti 2016, p. 68,69).

De acordo o entrevistado (4), o que falta ao programa é aprofundar mais as questões do desenvolvimento como um todo e não ficar só focado no desenvolvimento econômico.

Resgatando um pouco da articulação desenvolvida pelos diversos atores, o entrevistado (3), nos explica que essa relação entre as demandas, inicia entre, 2013, 2015 de forma pactuadas num convenio, especificamente entre Fundação PTI e o BID FUMIM, no caso BID representação Brasil, nessa articulação, através de um diagnóstico, foram criadas as cadeias produtivas para depois a discussão sobre quais eram digamos o ambiente mais propício para essas cadeias se desenvolverem, foram estruturadas as questões de infraestrutura e logística, a questão de energia e a questão de cooperação e capital social, o Oeste em Desenvolvimento não tinha nenhuma ação nesse sentido dos Eixos Estruturantes, foi por meio desse eixo Capital Social e Cooperação que o Conectadel acaba se inserindo nas ações. Entrevistado (3), (Pesquisa, 2017).

“O FOCO PRINCIPAL ERA ESTRUTURAR AS CÂMARAS TÉCNICAS DAS CADEIAS PRODUTIVAS E OS EIXOS NÃO FORAM ASSIM O PRIMEIRO PASSO NÉ, FOI O SEGUNDO PASSO. ENTÃO POR CONTA DISSO O CONECTADEL TÁ SENDO QUASE QUE A ÚNICA AÇÃO DESSE EIXO DO OESTE EM DESENVOLVIMENTO E POR ISSO QUE TEM QUE SE MANTER ESSE DIÁLOGO TAMBÉM, AS AÇÕES, OS PARCEIROS DO OESTE EM DESENVOLVIMENTO, ACABARAM SENDO OS PARCEIROS DO CONECTADEL, OS MESMOS PARCEIROS, OU SEJA, TEVE ESSE FORTALECIMENTO NÉ, DE UM APOIAR O OUTRO DE O OESTE EM DESENVOLVIMENTO APOIANDO O CONECTADEL E O CONECTADEL APOIANDO O OESTE EM DESENVOLVIMENTO”. Entrevistado (4), (Pesquisa, 2017).

6.1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FOCO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

“A QUESTÃO QUE A GENTE TRABALHA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO CONECTADEL, NO CURSO DE FORMADORES É DE VOCÊ TRABALHAR UMA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA NÉ, AQUELA QUESTÃO AONDE VOCÊ TRABALHA COM ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO COM UMA ABORDAGEM MAIS ENDÓGENA, ONDE VOCÊ TEM O EMPODERAMENTO DOS ATORES LOCAIS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO” Entrevistado (3), (Pesquisa, 2017).

Segundo esse entrevistado, trabalhar com instituições é trabalhar com pessoas, no sentido da sociedade civil, ele alega trabalharem sim com uma certa participação social, só que com uma participação social mais organizada, nada impede segundo o entrevistado que alguém que não tivesse vínculo institucional, participa-se do curso, mais o objetivo do curso era levar a abordagem da participação com foco nas entidades locais, justamente, porque a burocracia da fase de co-financiamentos dos projetos a serem desenvolvidos, exigia um certo conjunto de critérios dos quais não os tendo, não se poderia repassar os recursos, por exemplo, à pessoas físicas.

Nesse sentido nosso entrevistado (4), técnico instrutor do curso, coloca: “no primeiro momento você começa a trabalhar muito mais com as instituições para articular esse processo aí, depois você vai fazer com que a população participe também desse processo de elaboração e discussão e de encaminhamento de propostas para o desenvolvimento”. Entrevistado (4), (Pesquisa, 2017).

Favareto (2010) sugere que para uma nova visão de desenvolvimento territorial, algumas considerações aos espaços rurais, em suas múltiplas dimensões como: espaço de produção, de vida, de moradia; e enquanto tal, como resultado de processos sociais e econômicos que não se restringem a um único setor econômico, a agropecuária, precisam ser compreendidos, não como mera oposição ao mundo urbano, e sim em integração conflituosa com ele, numa unidade de contrários. (Favareto, 2010, p. 47).

Quando indagamos os entrevistados quanto à questão do foco do curso, obtivemos respostas como: “A QUESTÃO DE COOPERAÇÃO EU ACHO QUE É O PASSO INICIAL PARA VOCÊ TER UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA ENTRE OS ATORES, NOSSA PROPOSTA COM O CURSO DE PROMOTORES É ESTIMULAR ESSA COOPERAÇÃO”. Entrevistado (3), (Pesquisa, 2017).

Essa cooperação citada como indicador de desenvolvimento é trabalhada no curso por meio dos projetos co-financiáveis que os integrantes do curso tem que desenvolver durante o curso. O edital desse curso pedia que os participantes articulassem parcerias interinstitucionais como forma de estimular a cooperação.

Ou seja, “A PARTIR DESSE PRIMEIRO CONTATO PODE SURTIR UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA PARA NOVAS AÇÕES, NOVOS PROJETOS ENTRE ESSAS ENTIDADES, A GENTE SABE QUE NÃO VAI CONSEGUIR RESOLVER TODOS OS PROBLEMAS DO MUNICÍPIO COM UM ÚNICO PROJETO, NEM NA ÁREA QUE ELE PRETENDE ATUAR, ÀS VEZES O QUE ELE VAI FAZER É SUPERAR UM GARGALO, UMA VEZ QUE ELE SUPERE ESSE GARGALO COM ESSE PROJETO VAI TER MAIS DEZ GARGALOS PARA ELE, ENTÃO ELE PRECISA FAZER ESSE TRABALHO CONTINUO”. Entrevistado (3), (Pesquisa, 2017).

Mais especificamente em relação aos resultados, nosso entrevistado (3), diz que sente muita limitação nesse campo de capital social, justamente por ainda estarem desenvolvendo as ações desse Eixo, assim, o fator tempo, pesa nos sentido de uma avaliação, reforçando que a curto prazo, não dá para mensurar os impactos das ações ainda. Talvez um desdobramento de um projeto ou outro, mas no geral o Programa e o curso são muito novos ainda. Entrevistado (3), (Pesquisa, 2017).

Quanto à opinião do entrevistado (4), “AS ARTICULAÇÕES PERPASSAM O MERCADO QUE ESTA ALI, ENTÃO SE COMEÇA A TRABALHAR A PARTIR DA LÓGICA DO MERCADO, DA LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PARA GERAR ESSA CONFIANÇA, POR ISSO QUE AGORA É QUE COMEÇA ESSE TRABALHO, TRABALHAR ESSA QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO, NÃO SÓ DO ECONÔMICO ENTENDEU, PORQUE AÍ VOCÊ JÁ GEROU UM PROCESSO DE CONFIANÇA.” Entrevistado (4), (Pesquisa, 2017).

“É EU NÃO SEI AGORA COMO É QUE EU VOU PODER AVALIAR ESSA QUESTÃO QUE TU COLOCA ALI DO APROVEITAMENTO INDIVIDUAL OU DO APROVEITAMENTO COLETIVO A PARTIR DO CURSO, ISSO VAI DEPENDER MUITO DO CONTEXTO DE CADA PESSOA DA SUA FORMAÇÃO ANTERIOR DO SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL OU DE OUTROS TEMAS.” Entrevistado (4), (Pesquisa, 2017).

“O OBJETIVO DESSE CURSO DE PROMOTORES ERA NO FINAL, TER O PROJETO ELABORADO E TRABALHAR ESSE PROCESSO DE ARTICULAÇÃO, ENTÃO ALGUNS ALI TRABALHAM MUITO BEM ESSE PROCESSO DE ARTICULAÇÃO COMO O PESSOAL ALI DOS SINDICATOS O PESSOAL DA PREFEITURA TRABALHA ISSO MUITO BEM MAS TEM OUTROS QUE TEM MAIS DIFICULDADES DE VER E FAZER ESSE TRABALHO”. Entrevistado (4), (Pesquisa, 2017).

Segundo esse entrevistado não dá para afirmar quais os resultados que eles vão alcançar a partir de algumas poucas falas, a partir de alguns poucos posicionamentos, algumas pessoas vão desenvolver melhor o tema em seus Municípios, em suas instituições outras não.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa, quando resgatamos a discussão levantada a partir da escolha do tema, da busca do problema e da oportunidade de estudarmos um caso empírico abrangente a todo o contexto e relevância dos fatores intangíveis nos processos de desenvolvimento, tendo nesse trabalho a figura do capital social como protagonista desse processo, podemos refletir e considerar alguns indicadores positivos dentre outros controversos.

Esse tema do desenvolvimento e suas complexidades abordadas pelo nosso curso, “Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar” como que por novas ruralidades, novas formas de se pensar o desenvolvimento, de modo a serem mais inclusivos, menos desiguais, mais sustentáveis e perduráveis no tempo, faz com que pensemos em buscar modelos distintos dos hegemônicos para estudarmos e atuarmos.

A relação entre capital social e desenvolvimento territorial apresentada na estrutura do Programa Oeste em Desenvolvimento através do seu Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação sob o formato de curso de formação dos atores locais, parte de uma lógica Institucional e econômica de curto prazo.

Essa opção é adotada pela gestão do Programa, como um impulso indutor no processo de desenvolvimento local, territorial e/ou endógeno do território Oeste do Paraná, ela não gera em um primeiro olhar o que Melim (2007) vai chamar de práticas continuadas de relações adequadas entre as pessoas de um mesmo grupo, cujo nome ele sugere como manifestações do tipo: confiança, lealdade e reconhecimento mútuo. Agora quando pensamos as práticas de formação junto as suas ementas e conceitos voltados para geração de consciência dos atores locais de forma continuada, a médio, longo prazo, pode-se de fato acreditar em uma expansão dos resultados desejados tais como ganhos individuais ou coletivos acompanhando a definição de capital social conceituada a pagar por Melim 2007.

A capacitação dos atores locais por meio dos processos de formação em agentes promotores de desenvolvimento territorial, articulados em parcerias como as feitas entre o Programa Oeste em Desenvolvimento, ITAIPU, Fundação PTI e Conectadel Brasil, juntamente com outros atores institucionais da região, geram a partir da estrutura organizacional, uma rede de relacionamento comum que de uma forma direta e indireta, acabam movimento os interesses e recursos financeiros e econômicos da região de modo que as, “relações”, passam a ganhar um papel preponderante no processo de desenvolvimento.

Investir em formação como estratégia para gerar confiança e cooperação entre as instituições e organizações da sociedade civil no processo de desenvolvimento, acompanha uma bibliografia comum à alguns autores da sociologia do desenvolvimento, ciências políticas, ciências ambientais dentre outros.

O protagonismo dos atores locais é visto por Piacenti (2016) como pressuposto a teoria do desenvolvimento endógeno que ao interagirem em laços de cooperação territorial, constituem o capital social de uma região.

Para mim, o conjunto da discussão levantada frente às formas e potencialidades de se trabalhar o capital social do território trinacional apresentado, parece ser coerente com tempos de mudanças de paradigmas. Uma vez que os atores locais consigam se apropriar de diferentes recursos na busca de um modelo de desenvolvimento mais justo, com inclusão social, sustentável, e permanente no tempo para suas realidades, esses convênios institucionais por meios de mecanismos de governanças participativos podem vir a ser ótimos instrumentos, agora quando, esses, apropriados pelo grande capital com discurso e práticas que gerem a desigualdade socioeconômica, obviamente, precisam ser reformulados.

Essa pesquisa torna-se limitada quanto a um maior aprofundamento as questões do Capital Social justamente pelas características de escala e tempo em que o Programa Oeste em Desenvolvimento se encontra. Como foi constatado nas análises dos resultados, o Eixo Estruturante Capital Social e Cooperação, assume uma importante posição de atenção aos propósitos de desenvolvimento do território Oeste, porém, esse tema começa a ganhar maiores atenções somente a partir do ano de 2018, o que deixa em aberto para pesquisas futuras, um processo de avaliação do Programa, assim como da mensuração do capital social de seus integrantes.

REFERÊNCIAS

CANÇADO, Airton Cardoso; TAVARES, Bruno; DALLABRIDA, Valdir Roque. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté Sp, v. 3, n. 9, p.313-353, set. 2013.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" á multiterritorialidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 396 p.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 341 p.

FAVARETO, Arilson. **AS TENTATIVAS DE ADOÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL – LIÇÕES PARA UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. **Raízes**, Campina Grande, v. 1, n. 29, p.52-62, jun. 2010.

FAVARETO, Arilson. DILEMAS DA PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Rde - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador Ba, v. 2008, n. 18, p.1-12, dez. 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista Brasileira de Empresas**, v.35, n. 02, mar/abr. 1995.

GROOTAERT, Christiaan et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. 2003. Elaborado por Banco Mundial Grupo Temático sobre Capital Social. Disponível em: <[https://posgraduacao.faccat.br/moodle/pluginfile.php/1788/mod_resource/content/0/Questionario Integrado para medir Capital Social Banco Mundial.pdf](https://posgraduacao.faccat.br/moodle/pluginfile.php/1788/mod_resource/content/0/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf)>. Acesso em: 5 dez. 2017.

KODAMA, Afonso Kimura. **APRENDIZAGENS E FORMAÇÃO DE ATORES LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO CONECTADEL NO OESTE DO PARANÁ**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo - Pr, 2016.

MELIM, Jose Maria. **A formação de capital social entre os empresários de micro e pequenas empresas: a experiência dos núcleos setoriais do “Empreender”**. 2007. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.

PIACENTI, Carlos Alberto. **Indicadores do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Foz do Iguaçu PR: Parque ITAIPU, 2016. 214 p.

PLANO MESTRE do Programa Oeste em Desenvolvimento. 2016. Disponível em:
<www.oesteemdesenvolvimento.com.br/admin/uploads/.../txt_14656731507577.pdf>.
Acesso em: 14 ago. 2017.

YIN, Robert. K. **Pesquisa Estudo de Caso – Desenho e Métodos**. 2 ed. Porto Alegre:
Bookman. (1994).

ANEXO A - GUIA PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

**Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política – ILAESP
Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar**

1º pergunta:

- O senhor (a) pode nos contar um pouco da sua trajetória, formação acadêmica, carreira profissional até o cargo que ocupa atualmente?

2º pergunta:

- Para o senhor (a) qual a relação entre desenvolvimento territorial e capital social?

3º pergunta:

- Como surge a ideia de criar um eixo estruturante voltado para o capital social e cooperação no programa oeste em desenvolvimento? E por quê?

4º pergunta:

- Quem faz parte do eixo estruturante capital social e cooperação? Quais são os principais atores envolvidos?

5º pergunta:

- Quais são as ações e objetivos do eixo estruturante capital social e cooperação a curto, médio e longo prazo? E como essas podem contribuir para o desenvolvimento do território oeste do Paraná?

6º pergunta:

- Qual a escala que o programa Oeste em Desenvolvimento, sob o eixo estruturante Capital Social e Cooperação atua no território?

7º pergunta:

- Existe participação social no desenvolvimento dos projetos do eixo estruturante capital social e cooperação? Ou como funciona a participação social no eixo?

ANEXO B - GUIA PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - CONECTADEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

**Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política – ILAESP
Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar**

1º pergunta:

- O senhor (a) pode nos contar um pouco da sua trajetória, formação acadêmica, carreira profissional até o cargo que ocupa atualmente?

2º pergunta:

- Como surge, o que é ou o que faz o CONECTADEL?

3º pergunta:

- Qual a relação entre o Curso promotores em desenvolvimento territorial do CONECADEL com o Eixo Estruturante Capital Social e cooperação do Programa Oeste em Desenvolvimento? Existe uma relação?

4º pergunta:

- Como é trabalhada a questão da participação civil, da cidadania no processo de formação dos atores? Uma vez que a lógica do programa é institucional...

5º pergunta:

Como vocês trabalham as questões de cooperação e confiança ou capital social nos cursos de Promotores em Desenvolvimento Territorial? E quais os resultados individuais ou coletivos que o curso pode proporcionar?

ANEXO C - CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO, PROMOTORES EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:



CERTIFICADO

Certificamos que, Fabricio Lima da Silva, CPF 991.252.851-49, participou do mini curso CURSO DE PROMOTORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - POLO MEDIANEIRA, realizado(a) no período de 22 de Maio de 2017 a 31 de Julho de 2017, promovido(a) pela Pró-Reitoria de Extensão, na função de ALUNO(A), com 60 hora(s) de atividades desenvolvidas.

Foz do Iguaçu, 1 de Agosto de 2017

ANGELA MARIA DE SOUZA
Pró-Reitora de Extensão

Código de verificação: 04a39fc1d2
Número do Documento: 13528

Para verificar a autenticidade deste documento acesse <https://sig.unila.edu.br/sigaa/documentos/>, informando o número do documento, data de emissão do documento e o código de verificação.

